1758212

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Revogada p/ Lei nº 56

PROJETO DE LEI Nº 08/70 DE 19 DE SETEMBRO DE 1970.

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

AUTOR: PODER EXECUTIVO.

TRANSFORMADO EM LEI Nº 04 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1970.

NUMERAÇÃO: LEI Nº 04 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 1970.

Dois nºs

28-37
53-56
64-181
183-216
319-321

.....
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA
IMPRENSA OFICIAL
Protocolo n.º 390/71
Ass:
Data: 15 / 4 / 1971

LEI nº 4, de 28 de novembro de 1970.

Dispõe sôbre o Código Tributário do Município de Boa Vista.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA:

Faço saber, que não tendo o Sr. Prefeito Municipal sancionado no prazo previsto, eu promulgo nos têrmos do parágrafo 1º do artigo 59 do Decreto Lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta lei disciplina a atividade tributária do Município de Boa Vista e estabelece normas complementares de direito tributário a ela relativas.

Parágrafo único - Esta lei tem a denominação de "Código Tributário do Município de Boa Vista".

LIVRO PRIMEIRO
PARTE GERAL
TÍTULO ÚNICO
NORMAS GERAIS
CAPÍTULO I
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 2º - A expressão "legislação tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sôbre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles partinentes.

Art. 3º - Sòmente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos ou a sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação da alíquota dos tributos e da sua base de cálculo;

V - a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

Art. 4º - Nenhum tributo será exigido sem que conste da lei orçamentária.

Parágrafo único - Fica o Prefeito autorizado a, mediante decreto, corrigir anualmente a expressão monetária da base de cálculo dos tributos, antes do início da vigência do orçamento, quer através de levantamentos originais, quer através da aplicação de índices fixados por órgãos competentes ou pesquisados pelo próprio govêrno municipal.

Art. 5º - A legislação tributária entra em vigôr 30 (trinta) dias após a sua publicação em órgão oficial do Município ou do Território de Roraima.

Parágrafo único - Entrará em vigôr no primeiro dia do exercício seguinte em que ocorra a sua publicação a lei ou o dispositivo de lei que:

I - institua ou altere os tributos municipais;

II - definam novas hipóteses de incidência;

III - extinguam ou reduzam isenções, salvo se a lei dispuzer de maneira mais favorável ao contribuinte.

Art. 6º -O Prefeito regulamentará , por decreto , as leis que versem sôbre matéria tributária da competência do Município, observando:

I - as normas constitucionais vigentes;

II - as normas gerais de direito tributário estabelecidas no Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966);

III - as disposições dêste Código ou de lei subsequente.

Parágrafo único - O conteúdo e o alcance do regulamento restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, não podendo, em especial:

I - dispôr sôbre matéria não tratada em lei;

II - criar tributo, estabelecer ou alterar bases de cálculo ou alíquotas, nem fixar formas de extinção de obrigações tributárias;

III - estabelecer agravações, criar obrigações acessórias e nem ampliar as faculdades do Fisco.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 7º - Tôdas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infrações à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a êles hierárquica ou funcionalmente subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização da Prefeitura e dos respectivos regimentos internos.

Parágrafo único - Aos órgãos referidos nêste artigo reserva-se a designação de "Fisco" ou "Fazenda Municipal".

Art. 8º - Os órgãos e servidores incumbidos do lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigôr e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes e responsáveis, prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observância da legislação tributária.

Art. 9º - É facultado a qualquer interessado dirigir consulta às repartições competentes sôbre assuntos relacionados com a interpretação e a aplicação da legislação tributária.

Parágrafo único - A consulta deverá ser formulada com objetivo e clareza e sòmente poderá focalizar dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação:

I - do contribuinte ou responsável;
II - de terceiro sujeitado, nos têrmos da legislação tributária, ao cumprimento de obrigação tributária.

Art. 10º - A autoridade julgadora dará solução à consulta no prazo fixado em regulamento, contado da data da sua apresentação.

Parágrafo 1º - A solução dada à consulta traduz unicamente a orientação do órgão, sendo que a resposta desfavorável ao contribuinte obriga-o, desde logo, ao recolhimento do tributo ou ao pagamento da penalidade pecuniária, independentemente do recurso administrativo que couber.

Parágrafo 2º - Nenhum contribuinte poderá ser compelido a cumprir obrigação tributária principal ou acessória enquanto a matéria de natureza controvertida estiver dependendo de solução de consulta.

Parágrafo 3º - Ao contribuinte que procedeu de conformidade com a solução dada à sua consulta não poderão ser aplicadas penalidades que decorram de decisão divergente proferida pela instância superior, mas ficará obrigado a agir de acôrdo com essa decisão, tão logo ela lhe seja comunicada.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 11º - A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I - obrigação tributária principal;
II - obrigação tributária acessória.

Parágrafo 1º - Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Parágrafo 2º - Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática de atos nela previstos, no interêsse do lançamento, da cobrança ou da fiscalização dos tributos.

Parágrafo 3º - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal,

relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO IV

FATO GERADOR

Art. 12º - Fato gerador da obrigação principal é a condição defenida nêste Código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 13º - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária do Município, imponha a prática ou a abstenção de áto que não configure obrigação principal.

CAPÍTULO V

SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 14º - Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Boa Vista, é a pessôa jurídica de direito público titular da competência para lançar, arrecadar e fiscalizar os tributos especificados nêste Código.

Parágrafo 1º - A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, átos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessôa de direito público.

Parágrafo 2º - Não constitui delegação de competência o cometimento, à pessôas de direito privado, do encargo ou função de arrecadar tributos.

Art. 15º - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessôa física ou jurídica obrigada, nos têrmos dêste Código, ao pagamento dos tributos de competência do Município.

Parágrafo único - O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I - contribuinte - quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - respnsável - quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressa dêste Código.

Art. 16º - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessôa obrigada à pratica ou à abstenção de átos discriminados na legislação tributária do Município.

Parágrafo único - Salvo os casos expressamente previstos em lei, as convenções e contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostos à Fazenda Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

CAPÍTULO VI

SOLIDARIEDADES

Art. 17º - São solidàriamente obrigadas:

I - as pessôas expressamente designadas nêste Código;

II - as pessôas que, ainda que não expressamente designadas nêste Código, tenham interêsse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

Art. 18º - A solidariedade produz os seguintes efeitos:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita os demais;

II - a isenção ou remissão do crédito tributário exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um dêles, subsistindo, nêsse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favôr ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

CAPÍTULO VII

DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 19º - Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher indicar à repartição fiscal, na forma e nos prazos previstos no regulamento, o seu domicílio tributário, assim entendido o lugar onde a pessôa física ou jurídica desenvolve a sua atividade, responde por suas obrigações perante o

Fisco e pratica os demais átos que constituem ou possam a vir constituir obrigação tributária.

Parágrafo 1º - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-á como tal:

I - quanto às pessôas naturais, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessôas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de sua séde ou, em relação aos átos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessôas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

Parágrafo 2º - Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos átos ou fatos que deram origem à obrigação tributária respectiva.

Parágrafo 3º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando sua localização, acesso ou quaisquer outras carecterísticas impossibilitem ou dificultem a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.

Art. 20º - O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, consultas, reclamações, recursos, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao Fisco.

CAPÍTULO VIII

LANÇAMENTO

Art. 21º - O crédito tributário do Município é constituído pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I - verificar a ocorrência do fato gerador

da obrigação correspondente;

II - determinar a matéria tributável;

III - calcular o montante do tributo devido;

IV - identificar o sujeito passivo;

V - propôr, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 22º - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei estão vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, nêste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 23º - O lançamento compreende as seguinte modalidades:

I - lançamento direto - quando sua iniciativa competir ao Fisco, sendo o mesmo procedido com base nos dados cadastrais da Prefeitura, ou apurados diretamente pelo Fisco junto ao contribuinte ou responsável;

II - lançamento por homologação - quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, aplicando-se, nêste caso, as regras do art. 150º e seus parágrafos, todos da Lei Federal nº 5.172, de 25/10/66 (Código Tributário Nacional);

III - lançamento por declaração - quando fôr efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tri.

butária, presta à autoridade administrativa informações sôbre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

Parágrafo único - A omissão ou êrro de lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 24º - As alterações ou substituições dos lançamentos originais serão feitas através de novos lançamentos, a saber:

I - lançamento de ofício - quando o lançamento original é efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

a)- quando a lei assim o determine;

b)- quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, na forma e no prazo previstos na legislação tributária;

c)- quando a pessôa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos têrmos da letra anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatòriamente, a juízo daquela autoridade;

d)- quando se comprove falsidade, êrro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

e)- quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessôa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;

f)- quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

g)- quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu

com dolo, fraude ou simulação;

h)- quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

i)- quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de áto ou formalidade essencial;

II - lançamento aditivo - quando o lançamento original consignar diferença a menor contra o Fisco, em decorrência de êrro de fato em qualquer das suas fases de execução;

III - lançamento substitutivo - quando, em decorrência de êrro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento anterior, cujos defeitos o invalidam para todos os fins de direito.

Art. 25º - O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I - por notificação direta;

II - por publicação no órgão oficial do Município ou do Govêrno do Território;

III - por publicação em órgão da impensa local;

IV - por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

Art. 26º - É facultado ao Fisco o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não fôr conhecido exatamente.

Parágrafo único - O arbitramento determinará, justificadamente, a base tributária presuntiva.

CAPÍTULO IX

FISCALIZAÇÃO

Art. 27º - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar, com preci -

são, a natureza e o montante dos créditos tributários, o Fisco ' Municipal poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos átos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributparia;

II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos ' bens e serviços que constituam matéria tributável;

III - exigir informações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição ' fazendária;

V - requisitar o auxílio da fôrça pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de deligências inclusive inspeções necessárias ' registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentação dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo 1º - O disposto nêste artigo aplica-se, inclusive, às pessôas naturais ou jurídicas que gozem de imunidade ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de exclusão ou suspensão do crédito tributário.

Parágrafo 2º - Para os efeitos da legislação ' tributária do Município não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação dêstes de exibí-los.

Art 28º - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar a autoridade administrativa tôdas as informações que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais ser-

ventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - as emprêsas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso e habitação;

VIII - os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de condomínio;

IX - os responsáveis por repartições dos governos Federal, do Território e do Município, da administração direta ou indireta;

X - os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;

XI - quaisquer outras entidades ou pessôas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações sôbre bens, negócios ou atividades de terceiros.

Parágrafo único - A obrigação prevista nêste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sôbre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segrêdo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 2º - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim, por parte do Fisco ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sôbre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sôbre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único - Excetuam-se do dispôsto nêste artigo, ùnicamente :

I - a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações entre órgãos federais, estaduais, do território e municipais, nos têrmos do art. 199, do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966);

II - os casos de requisição regular da autoridade judiciária, no interêsse da justiça.

Art.30º - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

Parágrafo único - O regulamento disporá sôbre a natureza e as características dos livros e registros de que trata êste artigo.

Art.31º - A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os têrmos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único - Os têrmos a que se refere êste artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados e separado, dêles se entregará, à pessôa sujeita à fiscalização, cópia autênticada pela autoridade a que se refere êste artigo.

CAPÍTULO X

COBRANÇA E RECOLHIMENTO

Art.32º - A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art.33º - É facultado à administração proceder à cobrança amigável após o término do prazo para recolhimento dos tributos e antes da inscrição do débito para cobrança executiva, sem prejuízo das cominações legais em que o infrator houver incorrido.

Art. 34º - Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, será promovida a cobrança judicial, na forma estabelecida nêste Código e na legislação federal aplicável.

Art. 35º - Aos créditos tributários do Município, aplicam-se as normas de correção monetária estabelecidas na Lei Federal nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 36º - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia ou conhecimento, na forma estabelecida no regulamento.

Parágrafo único - No caso de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 37º - O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo sòmente como prova de recolhimento da importância nêle referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer qualquer diferença que venha a ser apurada.

Art. 38º - Na cobrança a menor do tributo ou penalidade pecuniária respondem solidàriamente tanto o servidor responsável pelo êrro, quanto o contrbuinte, cabendo àquele o direito regressivo de reaver dêste o total do desembôlso.

Art. 39º - Não se procederá contra contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Art. 40º - O Prefeito poderá, em nome do Município, firmar convênios com estabelecimentos bancários, oficiais ou não, com séde, agência ou escritório no Município, visando ao recebimento de tributos, vedada a atribuição de qualquer parcela de arrecadação a título de renumeração, bem como o recebimento de juros dêsses depósitos.

Parágrafo único - O regulamento disporá sôbre o sistema de arrecadação de tributos através da rêde bancária.

CAPÍTULO XI

RESTITUIÇÃO

Art. 41º - As quantias indevidamente recolhidas em

pagamento de créditos tributários serão restituídas, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual fôr a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - êrro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 42º - A restituição total ou parcial de tributos dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as decorrentes de infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Art. 43º - A restituição de tributos que comportem, pela sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, sòmente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por êle expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 44º - Não serão restituídas as multas ou parte de multas pagas anteriormente à vigência da lei que abolir ou diminuir a pena fiscal.

Art. 45º - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 41, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art. 41, da data em que se tornar definitiva a

decisão administrativa ou passar em ' julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 46º - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, pela metade, a partir da data da intimação vàlidamente feita ' ao representante judicial da Fazenda Municipal.

CAPÍTULO XII

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 47º - Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;
II - a compensação;
III - a transação;
IV - a remissão;
V - a prescrição e a decadência;
VI - a conversão do depósito em renda;
VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, na forma prevista ' na legislação tributária;
VIII - a consignação em pagamento;
IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não possa ser objeto de ação anulatória;
X - a decisão judicial passada em julgado.

Art. 48º - O regulamento fixará as formas e os ' prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à legislação tributária.

Art. 49º - O crédito não integralmente pago no ' vencimento ficará sujeito a juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, contados por mês ou fração, sem prejuízo da aplicação da multa correspondente e da correção monetária do débito, na forma prevista nêste Código.

Art. 50º - O pagamento poderá ser efetuado por '

qualquer uma das seguintes formas:

I - em moeda corrente do país;
II - por cheque visado.

Parágrafo 1º - O crédito pago por cheque visado sòmente se considera extinto com o resgate dêste pelo sacado.

Parágrafo 2º - O cheque visado será emitido nominalmente a favôr da "Prefeitura Municipal de Boa Vista", podendo o Prefeito, mediante decreto, delegar à autoridade administrativa competência para endossar o cheque e tomar as demais providências necessárias ao seu depósito.

Art. 51º - Fica o Prefeito autorizado a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo único - O regulamento estipulará as condições e as garantias sob as quais se dará a compensação a que se refere êste artigo.

Art. 52º - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo a que se refere o artigo anterior, o seu montante será apurado com redução correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Art. 53º - Fica o Prefeito autorizado a, em nome do Município, celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútuas, importe em terminação de litígio e consequente extinção do crédito tributário.

Parágrafo único - O regulamento estipulará as condições e as garantias sob as quais se dará a transação a que se refere êste artigo.

Art. 54º - Fica o Prefeito autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;
II - ao êrro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - à considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único - O despacho referido nêste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favôr, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Art. 55º - Entende-se por remissão, para os efeitos do disposto no artigo anterior:

I - a dispensa parcial ou total do pagamento de tributos já lançados, no caso de tributos de lançamento direto;

II - o perdão total ou parcial da dívida já formalizada, no caso de tributos de lançamento por homologação ou por declaração.

Art. 56º - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único - A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer áto judicial que cons-

titua em mora o devedor;

IV - por qualquer áto inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 57º - Ocorrendo a prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único do artigo anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo 1º - O servidor municipal responderá civil e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cabendo-lhe indenizar o Município pelos débitos tributários que deixarem de ser recolhidos.

Parágrafo 2º - Constitui falta de exação no cumprimento do dever deixar o servidor municipal prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade; em se tratando de servidor admitido sob o regime das leis trabalhistas, a ocorrência prevista nêste parágrafo constitui desídia declarada no desempenho da função, caracterizando a justa causa para a sua dispensa.

Art. 58º - O direito da Fazenda Municipal constitui o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo 1º - O direito a que se refere êste artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nêle previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 57 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e à caracterização da falta.

Art.59 - Extingue o crédito tributário a conversão, em renda, de depósito em dinheiro préviamente efetuado pelo sujeito passivo:

I - para garantia de instância;

II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo único - Convertido o depóstio em renda, o saldo por ventura apurado contra ou a favor do Fisco será exigido ou restituído na seguinte forma:

I - a diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta, publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos estabelecidos nos regulamentos;

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Art.60 - Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação dêste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativas sem fundamento legal;

III - de exigências por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sôbre o mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sôbre o crédito que o consignatário se propõe pagar;

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido de juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo das penalidade cabíveis.

§ 3º - Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se as normas do parágrafo único do art. 59.

CAPÍTULO XIII

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art.61 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos têrmos definidos na parte processual dêste Código;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo único - O disposto nêste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequente.

Art.62 - Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo assinalado para pagamento do crédito tributário.

§ 1º - A moratória sòmente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º - A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art.63 - A moratória sòmente pode ser concedida:

I - em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II - em caráter individual: por despacho do Prefeito, a requerimento do sujeito passivo.

Art.64 - A lei que conceder a moratória em caráter geral ou o despacho que a conceder individual obedecerão aos seguintes requisitos:

I - na concessão em caráter geral, a lei especificará o prazo da concessão do favor;

II - na concessão em caráter individual, o regulamento especificará as formas e as garantias para a concessão do favor;

III - não se concederá moratória aos débitos referentes:

a) ao impôsto territotial urbano incidente sôbre os imóveis localizados na zona urbana e de expansão urbana da sede do Município;

b) às taxas e à contribuição de melhoria.

IV - o número de prestações não excederá a 36 (trinta e seis) e o seu vencimento será mensal e consecutivo, vencendo juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

V - o não pagamento de 3 (três) prestações consecutivas implicará em cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para cobrança executiva.

Art.64 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido aplicando-se, quando cabível, a regra do parágrafo único do art. 54.

Parágrafo único - Na revogação de ofício da moratória em consequência de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiros em benefício daquele, não se computará, para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e a sua revogação.

CAPÍTULO XIV

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art.65 - Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentrs.

Art. 66 - Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposição expressa dêste Código ou de lei subsequente.

Parágrafo único - A isenção concedida expressamente para um determinado tributo não aproveita os demais, não sendo extensiva:

I - às taxas e à contribuição de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 67 - A isenção pode ser concedida:

I - em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território da entidade tributante;

II - em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

Parágrafo 1º - Tratando-se de tributos lançados por periodo certo de tempo, o despacho referido neste artigo deverá ser renovado anfes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

Parágrafo 2º - O despacho referido nêste artigo não gera direito adquirido aplicando-se, quando cabível, a regra do parágrafo único do art. 54.

Art. 68 - A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de órdem pública ou de interêsse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de aprovação por maioria absoluta dos Membros da Câmara dos Vereadores.

Parágrafo único - Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art. 69 - A anistia, assim entendido o perdão das infrações cometidas e a consequente dispensa do pagamento

das penalidades a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos que sejam praticados com dolo, fraude, ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos têrmos da Lei Federal nº 4.729, de 14 de julho de 1965;

III - às infrações resultantes de concluio entre duas ou mais pessoas naturais jurídicas.

Art. 70 - A lei que conceder a anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral;

II - Limitadamente:

a) às infrações de legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinados montantes conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território do Município, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição de pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

Par'agrafo 1º - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Prefeito, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

Parágrafo 2º - O despacho referido no parágrafo anterior não gera direito adquirido aplicando-se, quando cabível, a regra do parágrafo único do art. 54.

Art. 71 - A concessão da anistia dá a infração' por não cometida e, por conseguinte, a infração anistiada não ' constitui antecedente para efeito de imposição ou graduação de ' penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequente.

CAPÍTULO XV

DÍVIDA ATIVA

Art. 72 - Constitui dívida ativa tributária do Município a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente ' inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 73 - A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova precons - tituída.

Parágrafo 1º - A presunção a que se refere êste artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro que a aproveite.

Parágrafo 2º - A fluência de juros de mora não ' exclui a liquidez do crédito.

Art. 74 - O têrmo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, o dos coresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescido

III - a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei em que esteja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo o caso, o número do processo adminis - trativo de qu se originar o crédito.

Parágrafo 1º - A certidão da divida ativa conterá, além dos requisitos previstos nêste artigo, a indicação do(livro e da fôlha de inscrição.

Parágrafo 2º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou consequentes, serão englobadas na mesma certidão.

Parágrafo 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, a ocorrência de qualquer forma de suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário não invalida a certidão e nem prejudica os demais débitos objeto de cobrança.

Parágrafo 4º - O registro da dívida ativa e a expedição das certidões poderão ser feitas, a critério da Administração, através de sistemas mecânicos com a utilização de fichas e róis em fôlhas soltas, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nêste artigo.

Art. 75 - A cobrança da dívida ativa tributária do Município será procedida:

I - por via amigável - quando processada diante dos órgãos administrativos competentes;

II - por via judicial - quando processada diante de órgãos judiciários.

Parágrafo único - As duas vias a que se refere êste artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interêsse da Fazenda assim o exigir, providenciar Imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável, ou ainda proceder aos dois tipos de cobrança simultâneamente.

CAPÍTULO XVI
CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 76 - A prova de quitação de tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha tôdas as informações exigidas pelo Fisco, na forma do Regulamento.

Art. 77 - A certidão será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo único - Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida e o pedido arquivado, dentro do prazo previsto nêste artigo.

Art. 78 - A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 79 - A certidão negativa expedida com dôlo ou fraude, que contenha êrro contra a Fazenda Municipal, responzabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo crédito tributário e juros de móra acrescidos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que couber e é extensivo a quantos colaborem, por ação ou omissão, no êrro contra a Fazenda Municipal.

Art. 80 - A venda, cessão ou transferência de qualquer especie de estabelecimento comercial,industrial, produtor ou de prestação de serviços de qualquer natureza não poderá efetivar-se sem apresentação da certidão negativa dos tributos a que estiverem sujeitos êsses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou quem quer que os tenha recebido em transferência.

Art. 81 - Sem prova, por certidão negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou quaisquer outros ônus relativos ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escrivães, tabeliães e oficiais de registro não poderão lavrar, inscrever ou transcrever quaisquer atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação.

Parágrafo único - A certidão será obrigatoriamente referida nos atos de que trata êste artigo.

CAPÍTULO XVII

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 82 - Constitui infração a ação ou omissão , voluntária ou não, que importe em inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas pela legislação tributária do Município.

Art. 83 - Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - aplicação de multas;

II - sujeição e sistema especial de fiscalização;

III - proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração direta ou indireta do Município.

Parágrafo único - A imposição de penalidades:

I - não exclui:

a) o pagamento do tributo;

b) a fluência de juros de móra;

c) a correção monetária do débito.

II - não exime o infrator:

a) do cumprimento da obrigação tributária acessória;

b) de outras sanções civis, administrativas ou penais que couberem.

Art. 84 - As multas cujos montantes não estiverem expressamente fixados nêste Código, serão graduadas pela autoridade administrativa competente, observadas as disposições e os limites fixados nêste Código.

Parágrafo único - Na imposição e na graduação da multa, levar-se - á em conta:

I - a menor ou maior gravidade da infração;

II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator com relação às disposições da legislação tributária, observado o disposto no artigo 71.

Art. 85 - As infrações serão punidas com as seguintes multas:

I - quando ocorrer atrazo no pagamento:impôsto de lançamento direto:

a) 5% (cinco por cento), quando o pagamento se efetuar nos primeiros 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 10% (dez por cento), quando o pagamento se efetuar após o 30º (trigésimo) dia até o 60º (sexagésimo) dia após o vencimento;

c) 20% (vinte por cento), quando o pagamento se efetuar após o 60º (sexagésimo) dia até o 90º (nonagésimo) dia após o vencimento, prazo final para o pagamento com multa, após o que se procederá à inscrição do total do débito em dívida ativa, para a cobrança executiva, continuando a correr juros de móra de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

II - quando ocorrer atrazo no pagamento de taxas e penalidades pecuniárias:

a) 10% (dez por cento), quando o pagamento se efetuar nos primeiros 30 (trinta) dias, após o vencimento;

b) 20% (vinte por cento), quando o pagamento se efetuar após o 30º (trigésimo) dia até o 60º (sexagésimo) dia após o vencimento;

c) 50% (cinquenta por cento) quando o pagamento se efetuar após o 60º (sexagésimo) dia até o 90º (nonagésimo) dia após o vencimento, prazo final para o pagamento com multa, após o que se procederá à inscrição do total do débito em dívida ativa, para a cobrança executiva, continuando a correr juros de mora a 1% (um por cento) ao mês ou fração.

III - quando se tratar do não cumprimento de obrigação tributária acessória da qual não resulte a falta de pagamento do tributo: multa de 10% (dez por cento) do valor do salário mínimo mensal, até 3 (três vêzes o valor do mesmo salário;

IV - quando se tratar do não cumprimento de obrigação tributária acessória da qual resulte falta de pagamento do tributo, no todo ou em parte: multa de 50%(cinquenta por cento) até 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo mensal;

V - quando ocorrer falta de pagamento ou recolhimento a menor do impôsto devido, lançado por homologação;

a) tratando-se de simples atrazo no recolhimento, estando devidamente escriturada a operação e o montante do tributo devido, antes do início da ação fiscal : 20% (vinte por cento) do valor do tributo devido, mais a móra de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

b) tratando-se de simples atrazo no recolhimento estando devidamente escriturada a operação e o montante do tributo devido, apurada a infração mediante ação fiscal: multa de 50% (cinquenta por cento) até 2 (duas) vêzes o valor do tributo devido;

c) em caso de sonegação fiscal e independentemente da ação criminal que couber: multa de duas a cinco vêzes o valor do tributo sonegado.

Parágrafo único - Para os efeitos dêste artigo, entende-se como sonegação fiscal a prática, pelo sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, de quaisquer dos atos defenidos na Lei Federal nº 4.729, de 14 de julho de 1965 como crimes de ' sonegação fiscal, a saber:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialemte, informação que deve ser produzida a agentes do Fisco, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir ' rendimentos ou operações de qualquer ' natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a inteção' de exonerar-se do pagamento de tributos devido à Fazenda Municipal;

III --alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantís, com o proposito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devádos à Fazenda Municipal.

Art. 86 - Apurada a prática de crime de sonegação fiscal a autoridade administrativa ingressará com ação penal, invocando o art. 1º da Lei Federal nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que prevê a pena de detenção de seis mêses a dois anos e multa de duas a cinco vêzes o valor do tributo sonegado.

Art. 87 - Independentemente dos limites estabelecidos nêste Código, a multa será aplicada em dôbro, no caso de reincidência específica.

Art. 88 - As multas serão cumulativas, quando ' resultarem comitantemente do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

Parágrafo 1º - Apurando-se no mesmo processo o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pelo mesmo sujeito passivo, impor-se-á somente a pena relativa à infração mais grave.

Parágrafo 2º - Quando o sujeito passivo infringir de forma continuada o mesmo dispositivo da legislação tributária, impôr-se-á uma só pena acrescida de 50% (cincoenta por cento), dêsde que a continuidade não caracterize reincidência e de que dela não resulte falta de pagamento do tributo, no todo ou em parte.

Art. 89º - Serão punidos com multas de um décimo a dez vezes o valôr do salário-mínimo mensal:

I - o síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie, por qualquer forma, a sonegação do tributo, no todo ou em parte;

II - o árbitro que prejudicar a Fazenda Municipal, por negligência ou má fé nas avaliações;

III - as tipografias e estabelecimentos congêneres que:

a)- aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais estabelecidos pelo Município, sem a competente autorização do Fisco;

b)- não mantiverem registros atualizados de encomenda, execução e entrega de livros e documentos fiscais, na forma do regulamento;

IV - as autoridades, funcionários administrativos e quaisquer outras pessôas que embaraçarem, iludirem ou dificultarem a ação do Fisco;

V - quaisquer pessôas físicas ou jurídicas que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para os quais não tenham sido especificadas penalidades próprias.

Art. 90º - O valôr da multa será reduzido de 20% (vinte por cento) e o respectivo processo arquivado se o infrator, no prazo previsto para a interposição do recurso voluntário, efetuar o pagamento do débito exigido na decisão de primeira instância.

Art. 91º - Considera-se atenuante, para efeito de imposição e graduação de penalidade, o fato de o sujeito passivo procurar expontâneamente a repartição competente para sanar infração à legislação tributária, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

Art. 92º - As multas são pagas no prazo assinalado serão inscritas em dívida ativa, para cobrança executiva, sem prejuízo da fluência dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Art. 93º - Não se procederá contra sujeito passivo ou servidor que tenha pago tributo ou agido de acôrdo com interpretação fiscal constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que essa interpretação venha a ser modificada posteriormente.

Art. 94º - O sistema especial de fiscalização será aplicado, a critério da autoridade fiscal:

I - quando o sujeito passivo reincidir em infração à legislação tributária;

II - quando houver dúvida quando à veracidade ou à autenticidade dos registros referentes às operações realizadas e aos tributos devidos.

Parágrafo único - O sistema especial a que se refere êste artigo será disciplinado no regulamento e poderá consistir inclusive no acompanhamento temporário das operações sujeitas ao tributo por agentes do Fisco.

Art. 95º - Os contribuintes que estiverem em débito com relação a tributos e penalidades pecuniárias devidos ao Município não poderão participar de licitações, celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título, com excessão de transação prevista no art. 53, com órgãos da administração direta e indireta do Município, nem receber dos mesmos quaisquer quantias ou créditos, seja qual fôr a sua origem e natureza.

Parágrafo único - Será obrigatória, para a prática dos átos previstos nêste artigo, a apresentação da certidão negativa, na forma estabelecida na legislação tributária.

CAPITULO XVIII

PRAZOS

Art. 96º - Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único - A legislação tributária poderá fixar, ao invés da concessão de prazo em dias, data certa para o vencimento de tributos ou pagamento de multas.

Art. 97º - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição que corra o processo ou deva ser praticado o áto.

Parágrafo único - Não ocorrendo a hipótese nêste artigo, o início ou o fim do prazo será, transferido ou prorrogado para o primeiro dia de expediente normal imediatamente seguinte ao anteriormente fixado.

CAPÍTULO XIX

CORREÇÃO MONETÁRIA

Art. 98º - Os débitos fiscais, decorrentes do não recolhimento, na data devida, de tributos, adicionais ou penalidades, que não forem efetivamente liquidados no trimestre civil em que deveriam ter sido pagos, terão o seu valôr atualizado monetàriamente em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional.

Parágrafo único - O valôr dos débitos a que se refere êste artigo será atualizado segundo os coeficientes aplicáveis pelas repartições fiscais da União, na forma prevista na Lei Federal nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e alterações posteriores.

Art. 99º - A correção prevista no artigo anterior aplicar-se-á inclusive aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte tiver depositado em moeda a importância questionada.

Parágrafo 1º - No caso dêste artigo, a importância do depósito que tiver de ser devolvida, por ter sido julgado procedente o recurso, reclamação ou medida judicial, será atualizado monetàriamente, na forma prevista nêste Capítulo.

Parágrafo 2º - As importâncias depositadas pelos contribuintes em garantia de instância administrativa ou judicial serão devolvidas obrigatòriamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da decisão que houver reconhecido a improcedência parcial ou total da exigência fiscal.

Parágrafo 3º - Se as importâncias depositadas, na forma do parágrafo anterior, não forem devolvidas no prazo nêle previsto, ficarão sujeitos a permanente correção monetária, até a data da efetiva devolução, na forma do art. 51, no pagamento de tributos devidos ao Município.

Art. 100º - As multas e juros de mora previstos na legislação tributária como percentagens do débito fiscal serão calculadas sôbre o respectivo montante corrigido monetàriamente, nos têrmos dêste Capítulo.

Art. 101º - A correção monetária prevista nêste Capítulo aplica-se, também, a quaisquer débitos fiscais que deveriam ter sido pagos antes da vigência dêste Código, se o devedor ou o seu representante legal deixar de liquidar a obrigação no primeiro trimestre civil do exercício em que esta Lei entrar em vigôr.

Parágrafo único - Fica o Prefeito autorizado a conceder parcelamento dos débitos a que se refere êste artigo, observadas as disposições dêste Código relativamente à moratória.

Art. 102º - Excluem-se das disposições do artigo anterior os débitos cuja cobrança esteja suspensa, por medida administrativa ou judicial, a importância questionada, ou vier a fazê-lo no primeiro trimestre civil do exercício em que esta Lei entrar em vigôr.

Art. 103º - A correção monetária é de aplicação obrigatória, não podendo a legislação tributária prevêr quaisquer hipótese de exclusão ou suspensão, que não as expressamente mencionadas nêste Capítulo.

Parágrafo único - Constitui infração político-administrativa do Prefeito, na forma do art. 4º, incisos VII e VIII do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, sujeita ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionada com a

a cassação do mandato, autorizar,expressa ou tácitamente,direta ou indiretamente, a dispensa da correção monetária a qualquer pessoa fisica ou juridica, salvo as hipóteses expressamente mencionadas nêste Capítulo.

LIVRO SEGUNDO

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

SISTEMA TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO ÚNICO

ESTRUTURA

Art. 104 - Integram o sistema tributário do Município:

I - Impôstos:
  a) Impôsto Predial e Territorial Urbano;
  b) Impôsto Sôbre Serviços.

II - Taxas:
  a) Taxa de Expediente;
  b) Taxa de Licença;
  c) Taxa de Serviços Urbanos;
  d) Taxa de Serviços Diversos.

III - Contribuição de Melhoria.

TÍTULO II

IMPÔSTOS

CAPÍTULO I

IMPÔSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

SECÇÃO I

INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTES

Art. 105 - O impôsto predial e territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, situado nas zonas urbanas do Município

Parágrafo 1º - Para os efeitos dêste impôsto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existencia de melhoramentos indicados

em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público.

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgôtos sanitários;

IV - rêde de iluminação pública, com ou sem postamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou pôsto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilometros do imóvel considerado.

Parágrafo 2º - A Lei pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constante de loteamentos aprovados pelos órgão competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos têrmos do parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Nos casos de ampliação ou redução dos limites da zona urbana, a incidência ou não do impôsto, sôbre os imóveis incluídos ou excluídos da zona urbana, só terá efeito a partir do exercicio financeiro seguinte àquele em que se der a ampliação ou a redução.

Art. 106 - Contribuinte do impôsto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único - Respondem solidàriamente pelo pagamento do impôsto o titular do domínio pleno, o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer titulo do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa fisica ou juridica, de direito público ou privado, isenta do impôsto ou a êle imune.

Art. 107 - O impôsto é anual e, na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes, salvo se constar da escritura da certidão negativa de débitos referentes ao impôsto.

SECÇÃO II

CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

Art. 108 - Os terrenos, edificados ou não, situados nas zonas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana, inclusive os que venham a surgir pordesmembramento ou englobamento dos atuais, serão inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal, ainda que

seus titulares não estejam sujeitos ao pagamento do impôsto.

Art. 109 - A inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal será promovida pelo contribuinte ou responsável na forma e nos prazos estabelecidos no Regulamento.

Parágrafo único - As declarações prestadas pelo contribuinte, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam na sua aceitação pelo Fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 110 - A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas que couberem.

Parágrafo único - Constitui crime de sonegação fiscal, passivel de detenção de seis mêses a dois anos e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo, a declaração de dados inexatos sôbre o imóvel ou de valôres notòriamente inferiores aos reais, nos têrmos do art. 1º inciso 1, da Lei Federal nº 4.729 , de 14 de julho de 1965.

Art. 111 - Até o dia 10(dez) de cada mês, os serventuários da justiça enviarão ao Cadastro Imobiliário Fiscal cópias, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse,anticrese, hipoteca,arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transcrições realizadas no mês anterior.

Parágrafo único - O regulamento fixará a forma e as caracteristicas dos extratos e comunicações, sendo facultado ao serventuário, se assim o preferir, enviar à repartição fiscal uma das vias do documento original.

SECÇÃO III
LANÇAMENTO

Art. 112 - O lançamento será feito a vista dos elementos constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarados pelos contribuintes, quer apurados pelo Fisco.

Art. 113 - Será arbitrado pela Administração e anualmente atualizado, na forma do regulamento, o valor venal do imóvel, com base nas suas caracteristicas e condições peculiares , levando-se em conta, entre outros fatores, sua forma, dimensões , utilidade,localização, estado de construção, valôres das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes, custo unitário da construção e os valôres aferidos no mercado imobiliário.

Art. 114 - Na hipótese de condomínio, o impôsto poderá ser lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co proprietários. Em se tratando, porém, de condomínio cujas unidades, nos têrmos da lei civil, constituem propriedades autônomas, o impôsto será lançado individualmente, em nome de cada um dos respectivos proprietários.

Parágrafo único - O impôsto que gravar o imóvel em processo de inventário será lançado em nome do espólio ; julgada a partilha, far-se-á o lançamento em nome do adquirente.

Art. 115 - Far-se-á o lançamento anualmente, exigido o impôsto de uma só vez ou em parcelas, conforme dispuzer o regulamento.

Art. 116 - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por qualquer circunstância nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificadas as falhas dos lançamentos existentes, bem como feitos lançamentos substitutivos.

Parágrafo único - Os lançamentos relativos a exercícios anteriores serão feitos de conformidade com os valôres e disposições legais das épocas a que os mesmos se referirem, ressalvadas as disposições expressas nêste Código.

SECÇÃO IV

IMUNIDADE E ISENÇÕES

Art. 117 - É vedado o lançamento do Impôsto Predial e Territorial urbano sôbre:

I - imóveis de propriedade da União, dos Estados, dos Territróiro Federais, dos Municípios e do Distrito Federal;

II - templos de qualquer culto;

III - imóveis de propriedade dos partidos políticos.

IV - imóveis de propriedade de instituições de educação e de assistência social, observados os requisitos do art. 14 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Parágrafo 1º - O disposto no inciso I dêste artigo é extensivo às autarquias, no que se refere aos imóveis efetivamente vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes, mas não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impôsto que incidir sôbre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Parágrafo 2º - O disposto no inciso I dêste artigo não se aplica nos casos de enfiteuse ou aforamento, devendo o impôsto, nêsse caso, ser lançado em nome do titular do domínio útil.

Parágrafo 3º - O disposto no inciso II dêste artigo aplica-se a todo e qualquer imóvel em que se pratique, permanentemente, qualquer atividade que,pelas suas caracteristicas,possa ser qualificada como culto, independentemente da fé professada; a imunidade,todavia, se restringe ao local do culto, não se estendo a outros imóveis de propriedade, uso ou posse de entidades religiosas que não satisfaçam às condições estabelecidas nêste parágrafo.

Parágrafo 4º - O disposto no inciso IV dêste artigo é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nêle referidas:

I - não distribuirem qualquer parcela do seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - aplicarem, integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

Parágrafo 5º - Na falta de cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o Prefeito pode determinar a suspensão do beneficio a que se refere êste artigo.

Art. 118 - Ficam isêntos do pagamento do Impôsto Predial e Territorial Urbano:

I - os imóveis localizados fora da zona urbana do Município que sejam utilizados para moradia ou recreio;

II - os imóveis localizados em aglomerados urbanos fora da séde do Município.

Art. 119 - O regulamento fixará a forma e os prazos para o reconhecimento das isenções e imunidades previstas nêste código e em leis subsequentes.

SECÇÃO V

CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 120 - O impôsto incidirá sôbre o valor venal do imóvel, à razão das alíquotas seguintes:

I - Terrenos não edificados: 10 (dez por cento).

II - Terrenos edificados:

a) residenciais : 1% (um por cento)

b) casas comerciais : 1,5% (um e meio por cento);

c) estabelecimentos industriais: 0,5% (cinco décimos por cento);

d) imóveis de utilização mista: 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo 1º - Equiparam-se às casas comerciais, para os efeitos deste artigo, as salas e outras unidades utilizadas pelos profissionais liberais, trabalhadores autônomos ou quaisquer outras pessoas fisicas ou jurídicas no ramo de prestação de serviços de qualquer natureza.

Parágrafo 2º - O valor venal do imóvel, para efeito de lançamento de impôsto, será arbitrado pela administração na forma do art. 113.

Parágrafo 3º - Fica o Prefeito autorizado a estabelecer, por Decreto, reduções a serem calculadas sôbre o montante do tributo à pagar, tendo em vista a prática, pelo contribuinte, de atos que efetivamente conduzam ao aumento do número de construções, à execução de melhoramentos públicos ou particulares às expensas do contribuinte ou a qualquer forma de aplicação e dinamização do mercado imobiliário local.

Parágrafo 4º - As reduções a que se refere o parágrafo anterior não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo a pagar, exceto nos caso de efetiva execução de obras, visando à edificação do nú ou à substituição de edificações de qualidade ou tamanho inferior a já existentes, caso em que a redução não poderá exceder a 75% (setenta e cinco por cento).

CAPÍTULO II
IMPÔSTO SÔBRE SERVIÇOS

SECÇÃO I
INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTE

Art. 121 - O Impôsto Sôbre Serviços incide sôbre a prestação onerosa ou gratuíta de qualquer dos serviços, isolados ou cumulativamente, constante da seguinte lista:

1 - Médicos, dentistas e veterinários;

2 - Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortopedicos, fonoaudiólogos e psicólogos;

3 - Laboratórios de análise clínicas e eletrecidade médica;

4 - Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde , casas de recuperação ou repouso sob orientação médica;

5 - Advogados ou provisionados;

6 - Agentes de propriedade industrial;

7 - Agentes de propriedade artística ou literária;

8 - Peritos e avaliadores;

9 - Tradutores ou intérpretes;

10 - Despachantes;

11 - Economistas;

12 - Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade;

13 - Organização, programação, planejamento, acessoria, processamento de dados, consultoria - técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador do serviço;

14 - Datilografia,estenografia, secretaria e expediente;

15 - Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição ' de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras);

16 - Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão de obra, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por êle contratados;

17 - Engenheiros, arquitetos e urbanistas;

18 - Projetistas,calculistas, desenhistas técnicos

19 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidraulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços);

20 - Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores nêle instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços);

21 - Limpeza de imóveis;

22 - Raspagem e lustração de assoalhos;

23 - Desinfecção e higienização;

24 - Lustração de bens móveis (quando o serviço fôr prestado a usuário final do objeto lustrado);

25 - Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza;

26 - Banhos, duchas , massagens, ginásticas e congêneres;

27 - Transporte e comunicações, de natureza estritamente municipal;

28 - Diversões públicas:

a) teatros, cinemas,circos, auditórios, parques de diversões, taxi-dancings e congêneres;

b) exposições com cobrança de ingresso;

c) bilhares, boliches e outros jogos permitidos;

d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres;

e) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão;

f) execução de música mediante transmissão por qualquer processo;

g) fornecimentp de música, mediante transmissaõ por qualquer processo.

29 - Organização de festas; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas);

30 - Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo;

31 - Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos ítens 58 e 59;

32 - Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluidos no ítem anterior e nos ítens 58 e 59;

33 - Análises técnicas;

34 - Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres;

35 - Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais publicitários, por qualquer meio;

36 - Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras);

37 - Armazens gerais, armazens frigorificos e silos; carga e descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda móveis e serviços correlatos;

38 - Guarda e estacionamento de veículos;

39 - Hospedagem em hóteis, pensões e congênes (inclusive a alimentação, quando incluída no preço da diária ou mensalidade);

40 - Lubrificação,limpeza e revisão de máquinas,aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em consêrto ou substituição de peças , aplica-se o disposto no nº 41);

41 - Consêrto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso,o fornecimento de peças e partes da máquina e aparelhos);

42 -Recondicionamento de motores (exceto o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço);

43 - Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização;

44 - Ensino de qualquer grau ou natureza;

45 - Alfaiates,modistas, costureiros,prestados ao usuário final, quando o material, salvo o aviamento (seja fornecido pelo usuário;

46 - Tinturaria e lavandaria;

47 - Beneficiamento,lavagem,secagem,tingimento,galvonoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização;

48 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas' e equipamentos, prestados ao usuário final,do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação do serviço' ao poder público, a autarquias, a empresas ' concessionárias de produção de energia eletrica);

49 - Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço;

50 - Estúdios fotográficos e cinematógraficos, inclusive revelação,ampliação, cópia e reprodução; estudios de gravação de "video tape", para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora;

51 - Cópia de documentos e outros papeis, plantas' e desenhos, por qualquer processo não incluído no número anterior;

52 - Locação de bens móveis;

53 - Composição gráfica, clicheria,zincografia,litografia e fotolitografia;

54 - Guarda, tratamento e amestramento de animais;

55 - Florestamento e reflosrestamento;

56 - Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução);

57 - Recauchamento ou regeneração de pneumáticos;

58 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros;

59 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras,sociedades distribuidoras de títulos e valôres e sociedade de corretores, regularmente autorizado a funcionar);

60 - Encadernação de livros e revistas;
61 - Aerofotogrametria;
62 - Cobranças, inclusive de direitos autoriais;
63 - Distribução de filmes cinematográficos e de "video-tapes";
64 - Distribuição e venda de bilhetes de lote - ria;
65 - Emprêsas funerárias;
66 - Taxidermista.

Art. 122 - O impôsto é devido pelas pessoas físicas ou jirídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exeça ' com habitualidade qualquer das atividades constantes da lista do artigo anterior.

Parágrao único - As emprêsas ou profissionais ' autônomos são solidàriamente responsáveis pelo pagamento do impôsto relativo aos serviços a eles prestados por terceiros, se não exigirem do prestador do serviço a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

SECÇÕ II
CADASTRO DE CONTRIBUINTES

Art. 123 - As pessoas físicas ou jurídicas , com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam com habitualidade e remuneração qualquer das atividades constantes da lista do art. 121, ficam obrigadas a inscrição no Cadastro de Contribuintes do Impôsto Sôbre Serviços.

Parágrafo único - A inscrição no Cadastro de ' Contribuintes será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma e nos prazos estabelecidos no Regulamento.

Art. 124 -As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implicam na sua aceitação pelo Fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 125 - A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas que couberem.

Art. 126 - A obrigatoriedade da inscrição es - tende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do impôsto.

Art. 127 - A inscrição deverá operar-se antes

do início das atividades.

Art. 128 - A inscrição deve ser permanentemente atualizada, na forma e nos prazos do Regulamento.

Art. 129 - O contribuinte é obrigado á Comunicar a cessação da atividade.

Parágrafo único - A anotação de cessação de atividades não implica em quitação de quaisquer débitos existentes.

SECÇÃO III

CÁLCULO DO IMPÔSTO

Art. 130 - A base de cálculo do impôsto é o preço do serviço.

Parágrafo 1º - Quando se tratar da prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o impôsto será cobrado de acôrdo com importâncias fixas, na forma do art. 134.

Parágrafo 2º - Na prestação dos serviços a que se referem os números 19 e 20 da lista do art. 121, o impôsto será calculado sôbre o preço do serviço,deduzido das parcelas correspondentes:

I - ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço;

II - ao valor das subempretadas já tributadas pelo impôsto.

Parágrafo 3º - Quando os serviços a que se referem os números 1, 2,3,5,11, 12 e 17 das lista do art.121 forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao impôsto na forma do parágrafo 1º dêste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado,sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade embora assumindo responsabilidade pessoal, nos têrmos da lei aplicável.

Art. 131 - Considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte,para os efeitos do parágrafo 1º do artigo anterior, os executados pessoalmente, ou com auxílio de até dois auxiliares, quer empregados ou não.

Art. 132 - No caso de prestação de serviço à crédito, sob qualquer modalidade,incluem-se na base de cálculo os ônus relativos à concessão do crédito, ainda que cobrados em separado.

Art. 133 - Na prestação de serviços a título gratuito, feita por contribuinte do impôsto,êsse será calculado

sôbre o valor declarado pelo prestador do serviço nos documentos fiscais referentes à operação.

Art. 134 - O contribuinte que prestar serviços' sob forma de trabalho pessoal, tal como descrito no art. 131,pagará o impôsto de acôrdo com os seguintes coeficientes, aplicados sôbre o salário-mínimo mensal:

I - Médicos,dentistas,enfermeiros,protéticos , ' obstetras, ortópticos,fonoaudiólogos, psicologos,laboratoristas e quaisquer outros profissionais autômonos que efetivamente exerçam atividades no setor saúde: 1 (um);

II - Engenheiros, arquitetos,urbanistas,paisagistas, empreiteiros,mestre de obras e quais - quer outros profissionais liberais ou trabalhadores autônomos que efetivamente exerçam atividades no setor construção civil: 1,5 (um e meio);

III - Economistas, técnicos de administração,Sociíogos, contadores, técnicos de constabilidade, consultores, assessores e planejadores' de qualquer especialidade e demais profissionais ou trabalhadores autônomos que efetivamente exerçam atividades nos setôres econômico, social, administrativo,financeiro, contábil, atuarial e administrativo: 2 (dois);

IV - Advogados,juristas,pareceristas,provisionados, despachantes,corretores e demais pro - fissionais liberais ou trabalhadores autônomos que efetivamente exerçam atividades que envolvam conhecimentos ou atribuições de cunho jurídico,legal,notarial ou forense: 2,5 (dois e meio);

V - Outras atividades que não possam ser enquadradas em quaisquer dos incisos precedentes:

a) quando fôr indispensável, nos têrmos da legislação em vigor, curso técnico ou superior para o exercício da atividade ou profissão : 2 (dois);

b) nos demais casos: 1(um).

Art. 135 - Quando a prestação do serviço não se der sob forma de trabalho pessoal do contribuinte, o impôsto será calculado de acôrdo com os seguintes percentuais, aplicado sôbre o movimento econômico mensal da empresa:

I - Serviços de qualquer natureza ligados ao setor saúde:

a) Hospitais, casas de saúde, maternidades, creches, casas de repouso e demais atividades mosocomiais: 1% (um por cento);

b) Laboratórios de análises clínicas, serviços de radiologia, e demais serviços de complementação e elucidação de diagnóstico: 3% (três por cento);

c) Consultórios, clínicas médicas, serviços de fisio-terapia e demais estabelecimentos clínicos, especializados ou não: 3% (três por cento);

d) Demais serviços ligados ao setor saúde que não possam ser enquadrados nas letras precedentes: 2% (dois por cento);

II - Serviços de qualquer natureza ligados ao setor educação:

a) Ensino Elementar, médio e superior: 1% (um por cento);

b) Escolas martenais, jardins da infância e demais atividades relativas ao ensino pré-primário: 3% (três por cento);

c) Escolas ou cursos de datilografia, taquigrafia, secretariado, idiomas, motoristas, ecônomia domestica e demais atividades extra-curriculares: 2% (dpis por cento);

d) Escolas ou cursos de rádio-técnica, eletrônica, mecânica em geral, artes industriais e demais atividades técnico-profissionais: 2% (dois por cento);

e) Escolas, cursos ou academias de música, dança, arte dramática, desenho artístico, pintura e demais atividades artísticas: 3% (três por cento);

f) Cursos preparatórios para exames de admissão vestibulares,aulas particulares e atividades afins: 3% (três por cento);

g) Escolas, cursos ou academia de ginástica,halterofilismo,defesa pessoal e demais atividades ligadas à cultura física: 5% (cinco por cento);

h) Demais serviços ligados ao setor educação que não possam ser enquadrados nas letras precedentes: 3% (três por cento);

III - Serviços de qualquer natureza ligados a diversões públicas:

a) teatros,concêrtos,recitais, exposições e demais atividades de caráter cultural: 1% (um por cento);

b) cinemas,circos,"shows" artísticos,parques de diversões,festivais, bailes e demais atividades recreativas: 5% (cinco por cento);

c) Clubes e associações,desportivas,recreativas,literárias,culturais,musicais e damais formas de agremiações: 5% (cinco por cento)

d) competições desportivas, de destreza física e demais atividades desportivas: 5% (cinco por cento);

e) bilhares,boliches,sinucas e demais jogos permitidos: 10% (dez por cento);

f)cabarés, "night clube", buates,dancings e estabelecimentos congêneres: 10 (dez por cento);

g) estabelecimentos relacionados na letra anterior, quando dispuzerem de locais, cômodos ou espaços especiais para o exercício da prostituição; e estiverem situados fora do perímetro urbano da sede do Município ou de suas vilas: 15%(quinze por cento);

h) estabelecimentos relacionados na letra anterior, quando estiverem localizados dentro do perímetro urbano da sede do Município ou de suas vilas: 30% (trinta por cento);

i) demais serviços de diversões públicas que não possam ser enquadrados nas letras precedentes: 5% (cinco por cento);

IV - Serviços de qualquer natureza ligados ao setor transporte:

a) emprêsas de ônibus que exploram transporte urbano : 2% (dois por cento);

b) emprêsas de ônibus que exploram transporte interdistrital; desde que o trajeto se contenha inteiramente no Território do Município: 1% (um por cento);

c) emprêsas de ônibus que exploram passeio ou excursões de caráter turístico, dentro do Território do Município: 1% (um por cento);

d) emprêsas de taxis e lotações: 2% (dois por cento);

e) emprêsas de caminhões e frete: 3% (três por cento);

f) demais modalidades de transportes, por qualquer via, de pessoas,bens,mercadorias ou valores, desde que o trajeto se contenha inteiramente no Território do Município: 2% (dois por cento);

V - Serviços de qualquer natureza ligados à locação de bens móveis ou imóveis:

a) emprêsas de locação,cessão ou distribuição de filmes cinematográficos,com ou sem participação na renda de exibição: 5% (cinco por cento);

b) emprêsas de locação de máquinas,aparelhos,objetos diversos e quaisquer outros bens móveis : 3% (três por cento);

c) emprêsas de locação de veículos de qualquer tipo, com ou sem motorista ou condutor: 5% (cinco por cento);

d) hótéis,pensões, hospedarias, motéis e casas de cômodos: 3% (três por cento);

e) armazens-gerais,depósitos e frigoríficos de aluguel: 1% (um por cento);

f) cofres fortes de aluguel: 3% (três por cento);

g) guarda móveis: 3% (três por cento);

h) demais tipos de locação de espaço em imóveis de qualquer natureza e a qualquer título, que não possam ser enquadrados nas letras precedentes: 3% (três por cento).

VI - Serviços de qualquer natureza não relacionados nos incisos precedentes:

a) administração de bens e negócios, inclusive consórcio e fundos mútuos para a aquisição de bens: 2% (dois por cento);

b) recrutamento, colocação ou fornecimento de mão de obra: 2% (dois por cento);

c) construção civil; inclusive demolição, conservação e reparos em imóveis, vias e logradouros públicos, obras hidráulicas, obras de arte e congêneres: 2% (dois por cento);

d) limpeza, desinfecção e higienização de imóveis, inclusive raspagem e lustração de assoalhos e de bens móveis: 3% (três por cento);

e) barbeiros, cabelereiros, manicures, pedicures, tratamento da pele e outros serviços de salões de beleza: 5% (cinco por cento);

f) agência de turismo, passeios e excursões: 2% (dois por cento);

g) intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis: 5% (cinco por cento);

h) agenciamento e representações de qualquer natureza: 5% (cinco por cento);

i) propaganda e publicidade: 3% (três por cento);

j) lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos: 3% (três por cento);

k) conserto, restauração e recondicionamento de quaisquer objetos, máquinas e equipamentos: 3% (três por cento);

l) alfaiatarias, modistas, atelier de costura e congêneres: 3% (três por cento);

m) tinturarias e lavandarias: 2% (dois por cento);

n) estúdios fotográficos, cinematográficos e de gravação: 4% (quatro por cento);

o) copiadores de papéis, plantas e documentos: 3% (três por cento);

p) recauchutagem e regeneração de pneumáticos: 2% (dois por cento);

q) gráficas e editoras: 2% (dois por cento);
r) agenciamento,corretagem ou intermediação de câmbio seguros e títulos de qualquer natureza: 2% (dois por cento);
s) encadernação de livros e revistas: 2% (dois por cento);
t) emprêsas funerárias: 1% (um por cento);
u) demais atividades que não possam ser enquadradas em quaisquer das letras precedentes: 3% (três por cento).

Parágrafo 1º - Quando o contribuinte, emprêsa ou profissional autônomo,com ou sem estabelecimento fixo, exercer mais de uma atividade tributável, adotar-se-á para o cálculo de impôsto o coeficiente ou o percentual correspondente à atividade predominante.

Parágrago 2º - Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o impôsto será calculado e cobrado por estabelecimento.

Parágrafo 3º - Consideram-se estabelecimentos distintos, para os efeitos do parágrafo anterior:

I - os que,embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades,pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que,embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica,funcionam em locais diversos, não se considerando como tais dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

SECÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 136 - O lançamento do imposto far-se-á:

I - Anualmente,élo órgão fazendário, com relação às atividades a que se refere o art. 134 e seus incisos;

II - Mensalmente, mediante lançamento por homologação, com relação às atividades a que se refere o art. 135.

Art. 137 - O lançamento direto será feito à vista dos elementos constantes do cadastro do contribuinte.

Art. 138 - Sem prejuízo do disposto no art.136, poderão ser efetuados lançamentos de ofício, independentemente de prévia ressalva ou comunicação, sempre que ocorram fatos ou sejam praticados ou omitidos atos que justifiquem a execução.

SECÇÃO V

IMUNIDADES E ISENÇÕES

Art. 139 - É vedado o lançamento do impôsto sôbre serviços de qualquer natureza sôbre:

I - os serviços prestados pela União, Estados, Distrito Federal, Territórios Federais e Municípios;

II - os serviços religiosos de qualquer culto;

III - os serviços dos partidos políticos;

IV - os serviços prestados por instituições de educação e de assistência social, observados os requisitos do art. 14 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

Parágrafo 1º - O disposto no inciso I dêste artigo é extensivo às autoarquias, no que se refer aos serviços efetivamente vinculados às suas atividades, finalidades essenciais ou delas decorrentes, mas não se estende aos serviços públicos concedidos.

Parágrafo 2º - O disposto no inciso IV dêste artigo é subordinado à observância das normas transcritas nos incisos do parágrafo 4º do art. 117 aplicando-se, quando couber, a norma do parágrafo 5º do mesmo artigo.

Art. 140 - Ficam isentos de pagamento do impôsto sôbre serviços:

I - as associações comunitárias e os clubes de serviços cuja finalidade essencial, nos têrmos dos respectivos estatutos e tendo em vista os atos efetivamente praticados, esteja voltada para o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade;

II - os trabalhadores autônomos cujas atividades, por estimativa da autoridade fiscal, não produzam renda mensal superior ao va-

lor do salário-mínimo memsal.

Art. 141 - O regulamento fixará a forma e os prazos para o reconhecimento da imunidade e das isenções previstas' nêste Código e em leis subsequentes.

SECÇÃO VI

ACÔRDOS E COMPENSAÇÕES

Art. 142 - Fica o Prefeito expressamente autorizado a firmar, em nome do Município, acôrdos com estabelecimentos de ensino, com estabelecimentos de serviços médicos-hospitalares e com firmas corretoras de seguros e de capitalização, visando a estabelecer um processo permanente e automático de encontro de contas, compensando os créditos tributários referentes' ao impôsto sôbre serviços com créditos líquidos e certos das'' firmas e estabelecimentos acima relacionadas contra a Fazenda ' Municipal.

Art. 143 - Sem prejuízo de outras disposições ' que venham a ser estabelecidas pelas partes, os acôrdos a que se refere o artigo anterior obedecerão os seguintes critérios básicos:

I - os estabelecimentos que firmarem acôrdo pagarão impôsto sôbre serviços na base de estimativa mensal, conforme faculta o Código' Tributário Nacional;

II - a estimativa mensal será a diferença entre o valor do impôsto devido mensalmente e o valor dos serviços efetivamente prestados ou utilizados pelo Município no mesmo mês;

III - o valor do serviço prestado ou utilizado pelo Município será igual:

a) no caso de estabelecimento de educação - ao preço vigente no estabelecimento;

b) no caso de serviços médico-hospitalares- o preço estipulado pela Previdência-Social

c) no caso de firmas corretoras de seguro e de capitalização - o preço vigente de cada operação.

IV - o não cumprimento, pelo contribuinte, de qualquer das cláusulas do acôrdo implicará em sua inclusão do mesmo, mediante proposta fundamentada do órgão fazendário, sendo exigível imediatamente o impôsto devido, na forma estabelecida na legislação tributária.

Art. 144 - Os acôrdos a que se refere esta Secção poderão ser coletivos,respeitando-se, entretanto, a necessidade da assinatura de um acôrdo específico para cada um dos tipos de atividades que caracterizam os grupos de contribuintes signatários.

Art. 145 - As entidades imunes de impôstos que desejarem colaborar com o Govêrno na solução dos problemas educacionais e de assistência médica do Município poderão pleitear a sua inclusão no acôrdo, caso em que a compensação compreenderá os demais tributos não abrangidos pela imunidade.

Art. 146 - A inclusão dos contribuintes e entidades imunes no acôrdo far-se-á mediante solicitação do interessado, obedecidas as condições a serem fixadas em Aviso publicado no órgão oficial do Território ou do Município, ou em jornal de circulação local.

Art. 147 - Uma vez incluído no acôrdo de que trata o artigo anterior, o enquadramento do contribuinte no sistema de estimativa mensal a que se referem os incisos I e II do art. 141 independe de notificação fiscal ou de qualquer outra formalidade.

TÍTULO III
TAXAS

CAPÍTULO I
TAXAS DE EXPEDIENTE
SECÇÃO I
INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTES

Art. 148 - A taxa de expediente tem como fato gerador a prestação de serviços administrativos e é devida por quem dêles se utilizar.

SECÇÃO II

CÁLCULO

Art. 149 - A taxa de expediente será cobrada pela aplicação, sôbre o valor so salário-mínimo mensal,dos seguintes percentuais:

I - reclamações e recursos: 3% (três por cento);
II - certidão de reconhecimento de imunidades e de isenção: 1% (um por cento);
III - certidão negativa de tributos e multas: 1% (um por centos);
IV - baixa de qualquer natureza: 2% (dois por cento);
V - autorizações,permissões e concessões: 20% (vinte por cento);
VI - petições, memoriais e abaixo-assinados: 10% (dez por cento);
VII - pedido de parcelamento de tributos: 2%(dois por cento);
VIII - pedido de concessão, em caráter individual , de remissão ou anistia: 5% (cinco por cento);
IX - demais requerimentos, seja qual fôr a sua origem, natureza ou finalidade, que não possam ser enquadrados nos incisos precedentes: 2% (dois por cento).

Art. 150 - Nos contratos com o Município, a taxa de expediente será cobrada à razão de 2% (dois por cento) sôbre o valor do contrato.

SECÇÃO III

PAGAMENTO

Art. 151 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia,conhecimento ou autenticação mecânica, antes de protocolado o documento ou lavrado o ato ou o contrato,conforme o caso.

Art. 152 - O órgão de protocolo da Prefeitura não poderá aceitar qualquer documento sem o comprovante do pagamento da taxa respectiva, sob pena de responsabilidade funcional do servidor encarregado.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a hipóteseprevista nes-

te artigo, o servidor responderá pelo pagamento da taxa, cabendo-lhe o direito regressivo de reaver a quantia desembolsada junto ao contribuinte.

Parágrafo 2º - Ressalvam-se do disposto nêste artigo os casos de isenção, previstos na secção seguinte.

Parágrafo 3º - O indeferimento do pedido, a formulação de novas exigências ou a desistência do peticionário não dão origem à restituição da taxa.

Parágrafo 4º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se, como couber, aos casos de autorização, permissão, concessão e à celebração de contratos.

SECÇÃO IV

ISENÇÃO

Art. 153 - A imunidade constitucional, restringindo-se aos impôstos, não alcança a taxa de expediente, ficando isentos do seu pagamento apenas os atos expressamente relacionados a seguir:

I - os pedidos e requerimentos de qualquer natureza e finalidade, apresentados pelos órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, desde que atendam as seguintes condições:
   a) sejam apresentados em papel timbrado e assinados por autoridade competente;
   b) refiram-se a assuntos de interêsse público ou matéria oficial, não podendo versar sôbre assuntos de ordem particular, ainda que atendido o requisito da letra "a" supra.

II - os contratos e convênios de qualquer natureza e finalidade, lavrados com os órgãos a que se refere o inciso anterior, observadas as condições nêle estabelecidas;

III - os requerimentos e certidões de funcionários municipais, ativos ou inativos, sôbre assuntos de natureza funcional;

IV - os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar ou para fins eleitorais.

CAPÍTULO II
TAXA DE LICENÇA
SECÇÃO I
INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTES

Art. 154 - A taxa de licença tem como fato gerador o exercício regular de poder de policia do Município, na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização das autoridades municipais.

Parágrafo único - A taxa de licença é devida por quem tem necessidade de permissão ou da autorização das autoridades fiscais, na forma dêste artigo.

SECÇÃO II
CÁLCULO

Art. 155 - A taxa de licença será cobrada pela aplicação, sôbre o valor do salário mínimo mensal, dos seguintes percentuais:

I - Alvará de funcionamento:
  a) anual : 10% (dez por cento);
  b) temporário: 5% (cinco por cento);
  c) em horário especial: 10% (dez por cento).

II - Assentimento sanitário: 10 (dez por cento);

III - Licença para o exercício de comercio eventual : 20% (vinte por cento).

IV - Licença para o exercício dp comercio ambulante: 1 1/2% (um e meio por cento).

V - Licença para a execução de obras particulares:
  a) aprovação das plantas de arquitetura: 1% (um por cento);
  b) concessão de alvará de construção: 5 % (cinco por cento);
  c) concessão de carta de "habite-se": 10% (dez por cento).

VI - Licença para a execução de loteamento e arruamento em terrenos particulares:
  a) aprovação de planta de loteamento e arruamento: 100% (cem por cento);
  b) aprovação de alterações na planta origi-

nal já aprovada: 100 (cem por cento).

VII - Licença para publicidade:

a) painel, cartaz ou anúncio,inclusive letreiros e semelhantes,luminosos ou não,na parte externa dos edifícios,lojas, salas e outras unidades, identificando o estabelecimento e o ramo de comércio exercido: 10% (dez por cento);

b) painel,cartaz ou anúncio, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, na parte externa dos edifícios,lojas, salas e outras unidades , quando não servir especificamente para identificar o estabelecimento em cujo frontispício estiver afixado: 50% (cinquenta por cento);

c) painel,cartaz ou anúncio, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, colocados em muros,madeiramentos, painéis especiais,cercados , tapumes, tabuletas ou em qualquer outro local permitido: 1% (um por cento);

d) mostruário colocado na parte externa dos estabelecimentos comerciais ou em galerias, estações,abrigos ou qualquer outro local permitido: 10% (dez por cento).

e) demais tipos permitidos de publicidade, que não possam ser enquadrados nas letras precedentes: 1% (um por cento).

VIII - Licença para a ocupação de áreas em vias e logradouros públicos:

a) barracas de feiras livres: 2% (dois por cento);

b) caminhões,carros,utilitários,carroças e demais veículos autorizados ao estacionamento para a venda de mercadorias,prestação de serviço,agenciamento,corretagem ou qualquer outra espécie de atividade,exceto carga e descarga, embarque e desembarque e estacionamento provisório, sem exercício de qualquer atividade: 5% (cinco por cento);

c) circos,parques de diversão,feiras,exposições e demais atividades correlatas: 100%(cem por cento);

d) outras formas de ocupação de vias e logradouros públicos que não possam ser enquadradas nas letras precedentes: 2% (dois por cento);

IX - Licença para abate de gado fora do matadouro municipal:
a) por cabeça de gado bovino ou vacum:1% (um por cento);
b) por cabeça de animais de outras especies: 0,5% (cinco decimos por cento).

SECÇÃO III
PAGAMENTO

Art. 156 - A taxa de licença, levando-se em conta os percentuais do art. 154, será paga:

I - na hipótese do inciso I do art. 154 - anualmente, no caso da letra "a" e em cada concessão,prorrogação ou alteração, nos demais casos;
II - na hipótese do inciso II do art.154- anualmente;
III - na hipótese do inciso III do art. 154 - em cada concessão, prorrogação ou alteração;
IV - na hipótese do inciso IV do art. 154- anualmente;
V - na hipótese do inciso V do art. 154 - no pedido de aprovação das plantas, no pedido de concessão do alvará de construção e no pedido da carta de "habite-se", sendo devida uma taxa para cada uma dessas etapas;
VI - na hipótese do inciso VI do art. 154 - uma taxa no pedido de aprovação e outra em cada pedido de alteração, se houver;
VII - na hipótese do inciso VII do art. 154:
a) no caso da letra "a" - anualmente, calculada a taxa para cada estabelecimento que afixar a respectiva publicidade;
b) nos casos da letra "b" - anualmente, calculada à taxa em função de cada painel , cartaz ou anúncio;
c) no caso da letra "c" - quando da colocação,sobre-posição ou alteração da publicidade, calculada a taxa em função de cada painel, cartaz ou anúncio;

d) no caso da letra "d" -anualmente, calculada a taxa em função do número de mostruários ou,conforme o caso, do número de emprêsas que o utilizem.

VIII - na hipótese do inciso VIII do art. 154 - por dia ou fração.

IX - na hipótese do inciso IX do art. 154 - por cabeça abatida.

Parágrafo único - A cassação, a restrição ou qualquer outra modificação nos têrmos, prazos,locais e quaisquer outros elementos da licença não exoneram o contribuinte do pagamento da taxa respectiva ou dão direito à restituição do que já houver sido pago.

SECÇÃO IV
ISENÇÃO

Art. 157 - A imunidade constitucional,restringindo-se aos impôstos, não alcança a taxa de licença, ficando isento do seu pagamento apenas os atos expressamente relacionados a seguir:

I - a execução de obras em imóveis de propriedade da União,Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, exceto no caso de imóveis em regime de enfiteuse ou aforamento, quando a taxa será devida pelo titular do domínio útil.

II - a publicidade de caráter patriótico e a concernente a segurança nacional; e a referente às campanhas eleitorais;

III - a ocupação de áreas em vias e logradouros públicos por:

a) feira de livros,exposições, concêrtos, retretas,palestras,conferências e demais atividades de caráter notòriamente cultural ou científico;

b) exposições, palestras,conferências,pregações e demais atividades de cunho notòriamente religioso;

c) candidatos e representantes de partidos políticos, durante a fase de campanha, observada a legislação eleitoral em vigor.

Art. 158 - Independem de concessão de licença e, por conseguinte, não estão sujeitos ao pagamento da taxa respectiva:

I - o funcionamento de quaisquer das repartições dos órgãos da administração direta e das autarquias federais,estaduais, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as obras públicas de qualquer natureza;

III - os loteamentos e arruamentos promovidos pelo poder público, diretamente ou através de órgãos da administração indireta.

CAPÍTULO III
TAXA DE SERVIÇOS URBANOS

SECÇÃO I
INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTES

Art. 159 - A taxa de serviços urbanos incide sôbre a prestação de serviços públicos específicas e divisíveis, efetivamente prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição da seguinte natureza:

I - coleta domiciliar de lixo;

II - pavimentação e calçamento;

III - iluminação pública.

Parágrafo 1º - São contribuintes da taxa de serviços urbanos os proprietários,titulares do domínio útil e os possuidores, a qualquer título, de imóveis, no território do Município que efetivamente receba ou tenha a sua disposição quaisquer dos serviços a que se refere êste artigo,isolada ou cumulativamente.

Parágrafo 2º - Respondem solidàriamente pelo pagamento da taxa o titular do domínio pleno, o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer titulo do imóvel, ainda' que pertençente à União, aos Estados, aos Territórios, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a qualquer pessoa isenta de impôstos ou a êles imune.

SECÇÃO II
CÁLCULO

Art. 160 - A taxa de serviços urbanos será cobrada pela aplicação, sôbre o valor do salário-mínimo mensal,dos

seguintes percentuais:

I - coleta domiciliar de lixo:

a) prédios exclusivamente residenciais: 25% (vinte e cinco por cento);

b) demais prédios, inclusive residências onde se explorem quaisquer atividades profissionais ou empresariais: 50% (cinquenta por cento).

II - iluminação pública:

a) prédios exclusivamente residenciais: 25% (vinte e cinco por cento);

b) demais prédios, inclusive residencias onde se explorem quaisquer atividades profissionais ou empresariais: 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo 1º - Os apartamentos,salas,lojas e demais unidades autônomas em prédios em regime de condomínio pagarão as taxas previstas neste artigo com redução de 50% (cinquenta por cento), observado o respectivo enquadramento do imóvel nas letras "a" e "b" de cada um dos incisos dêste artigo.

Parágrafo 2º - Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com os órgãos ou emprêsas que forneçam ou venham a fornecer energia elétrica para o Município visando a transferência, para a Municipalidade, dos encargos de instalação, ampliação, melhoramentos e conservação da rêde de iluminação pública, a fim de justificar a cobrança da taxa a que se refere o inciso II dêste artigo.

Art. 161 - A taxa de serviços urbanos incidente sôbre as atividades de pavimentação e calçamento será calculada de acôrdo com os seguintes critérios:

I - antes de iniciados os serviços de pavimentação e calçamento, a Prefeitura divulgará AVISO, publicado em órgão oficial do Território ou do Município, ou em jornal de circulação local, especificando:

a) as ruas, trechos ou áreas que serão pavimentadas ou calçadas;

b) o custo orçado da obra e o seu prazo de duração;

c) a firma empreiteira,subempreiteira ou contratante que realizará o serviço, se o serviço fôr executado por terceiros;

d) a área total a ser pavimentada ou calçada e o custo unitário do metro quadrado de pavimentação ou calçamento.

e) o tipo de calçamento ou pavimentação bem como outras caracteristicas que sirvam para identificá-lo;

II - a largura total da via pública a ser pavimentada ou calçada será dividida por quatro, determinando-se, para cada imóvel marginal, uma área imaginária correspondente ao produto da multiplicação da extensão de sua testada pela quarta parte da largura da via pública;

III - o valor da taxa a ser paga relativamente a cada imóvel marginal será calculado multiplicando-se o custo initário do metro quadrado de pavimentação ou calçamento pela área imaginária determinada na forma do inciso anterior.

Parágrafo 1º - Para os efeitos de cobrança da taxa a que se refere êste artigo, entende-se como serviços de pavimentação e calçamento; computando-se os seus referidos custos para efeito de cálculo da taxa:

I - abertura, nivelamento, alinhamento, demarcação e outros serviços preliminares;

II - limpeza, atêrro, compactação e serviços correlatos;

III - colocação de piçarra, macadame, "pe-de-moleque", pedra ciclópica, asfalto, cimento, concreto ou qualquer outro tipo de material utilizável no revestimento de pistas de rolamento.

IV - colocação de meio-fio e guias de sargeta.

Parágrafo 2º - Não se computará, no cálculo da taxa a que se refere êste artigo, a construção de calçadas e passeios cujo encargo, até que seja estebelecido novo Código de Obras Municipal, é da exclusiva competência do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel aplicando-se, quando couber, a regra de responsabilidade solidária prevista no parágrafo 2º do art. 159.

SECÇÃO III

PAGAMENTO

Art. 162 - A taxa de serviços urbanos será paga:

I - na hipótese dos incisos I e II do art.160 - anualmente; podendo o seu lançamento, bem como os prazos e formas assinalados para pagamento, coincidirem com o do impôsto predial e territorial urbano;

II - na hipótese do art. 161 - 90 (noventa) dias após a publicação do AVISO a que se refere o inciso I do' art. 161.

Parágrafo 1º - A repartição fiscal manterá escrituração , em livros ou registros próprios, da relação dos contribuintes da taxa a que se refere o art. 161, com todos os dados necessários à caracterização do contribuinte e o cálculo do valor a ser pago.

Parágrafo 2º - O pagamento da taxa a que se refere o art. 161 poderá ser feito de uma só vez ou parceladamente, de acôrdo ' com os seguintes critérios:

I - o pagamento parcelado vencerá juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

II - aplicam-se ao pagamento parcelado as normas ' estabelecidas neste Código com relação à concessão da moratória;

III - o pagamento feito de uma só vez gozará dos seguintes descontos:

a) 30% (trinta por cento), se feito nos primeiros 30 (trinta) dias após a publicação do AVISO a que se refere o inciso I do art. 161;

b) 20% (vinte por cento) se feito após os primeiros 30 (trinta) dias e antes do 60º(sexagésimo) dia após a publicação do AVISO a que se refere o inciso I do art. 161;

c) 10% (dez por cento) se feito após o 60º - (sexagésimo) dia e antes do 90º (nonagésimo) dia após a publicação do AVISO a que se refere o inciso I do art. 161.

IV - não se aplica ao pagamento parcelado a que se refere êste parágrafo, a regra do art. 12 do Decreto-Lei nº 195, destinada ùnicamente à cobrança da contribuição de melhoria;

V - o número de parcelas não poderá ser superior a 60 (sessenta) e nenhuma prestação mensal poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor do salário-mínimo mensal.

Parágrafo 3º - Em casos excepcionais, atendendo a razões de relevante interêsse público, o Prefeito pode autorizar que, para o cálculo da área imaginária a que se refere o inciso II do art. 161, a largura da via pública a ser pavimentada ou calçada seja dividida por um número entre 4 (quatro) a 10 (dez), inclusives, caso em que se multiplicará a extensão da testado do imóvel pela quinta, sexta, sétima, oitava, nona ou décima parte da largura da via pública.

Parágrafo 4º - Na aplicação e na graduação do cálculo a que se refere o parágrafo anterior, a Administração deverá levar em conta:

I - as condições sócio-econômicas dos contribuintes, refletidas no tipo, natureza, acabamento, idade e outras caracteristicas dos imóveis marginais;

II - a importância da via pública como eixo vi-ário do núcleo urbano, refletida em sua localização, intensidade de trafego, largura da pista, acesso, destino e demais caracteristicas;

III - o montante de recursos orçamentários destinados à execução de obras desta natureza.

Art. 163 - A incidência da taxa de serviços urbanos, qualquer que seja a sua natureza, não exclui a cobrança da contribuição de melhoria, cujo fato gerador e modalidades de cálculo e cobrança são fundamental diferentes dos estipulados nêste Cápítulo.

SECÇÃO IV
ISENÇÃO

Art. 164 - A imunidade constitucional, restringindo-se aos impôstos, não alcança a taxa de serviços urbanos, ficando isentos do seu pagamento apenas os imóveis expressamente relacionados a seguir:

I - imóveis de propriedade da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - imóveis de propriedade das autarquias de qualquer dos entes de poder público referidos no inciso anterior, exceto os prometidos a venda a particulares;

III - templos de qualquer culto, cuja forma, tipo de construção e demais caracteristicas não

possibilitem a sua utilização, aluguel,cessão, venda' ou transferência para qualquer outra entidade física ou jurídica, pública ou privada, que lhe dê ou possa vir a dar destinação diversa,ressalvados os casos ' de demolição e reconstrução da edificação.

CAPÍTULO IV
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

SECÇÃO I
INCIDÊNCIA E CONTRIBUINTES

Art. 165 - A taxa de serviços diversos é devida pela execução por parte dos órgão próprios da Municipalidade, dos seguintes serviços:

I - conservação de estradas municipais;
II - aferição de pesos e medidas;
III - numeração de prédios;
IV - depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas;
V - demarcação, alinhamento e nivelação;

Parágrafo único - A taxa a que se refere êste artigo é devida:

I - na hipótese do inciso I dêste artigo - pelos proprietários,titulares do domínio útil e possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais adjacentes à estradas municipais, aplicando-se , como ' couber, a regra da solidariedade a que se refere' o § 2º do art. 159.

II - na hipótese do inciso II dêste artigo - pelas pessoas físicas ou jurídicas que, no exercício de atividade habitual e remunerada utilizem com frequência instrumentos de medição e peso de qualquer natureza;

III - na hipótese do inciso III dêste artigo - pelos proprietários,titulares do domínio útil e possuidores, a qualquer título dos imóveis numerados , aplicando-se, como couber, a regra de solidariedade a que se refere o § 2º, do art. 159.

IV - na hipótese do inciso IV dêste artigo - pelo proprietário, possuidor a qualquer titutlo ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que tenha interesse na liberação.

V - na hipótese do inciso V dêste artigo - pelos proprietários, titulares do domínio útil e possuidores a qualquer título dos imóveis demarcados, alinhados ou nivelados, aplicando-se, como couber, a regra da solidariedade a que se refere o " § 2º do art. 159.

Parágrafo único - Fica o Prefeito expressamente autorizado a celebrar convênios com o órgão federal competente no sentido de treinar servidores municipais e, através dêstes, exercer, em caráter supletivo ou complementar a fiscalização e aferição de pesos e medidas, para efeito de cobrança da taxa a que se refere o inciso II dêste artigo.

SECÇÃO II

CÁLCULO

Art. 166 -- A taxa de serviços diversos será cobrada pela aplicação, sôbre o valor do salário mínimo mensal, dos seguintes percentuais:

I - Aferição de pesos e medidas:

a) balanças comuns até 100 quilos:2% (dois por cento);

b) balanças comuns, acima de 100 quilos e até 1.000 quilos : 3% (três por cento);

c) balanças comuns, acima de 1.000 quilos: 5% (cinco por cento);

d) balanças automáticas até 10 quilos: 1% (um por cento);

e) balanças automáticas, acima de 10 quilos e até 50 quilos: 2% (dois por cento);

f) balanças automáticas,acima de 50 quilos: 5% (cinco por cento);

g) jogos de peso, por 8 (oito) unidades ou fração: 1% (um por cento);

h) metro,fita métrica ou trena, dada um: 1% (um por cento);

i) jogo de medida de capacidade, por 100 litros ou fração: 2% (dois por cento);

j) bomba de gasolina ou oleo: 5% (cinco por cento);

k) carro tanque: 5% (cinco por cento);

1) demais medidas ou medidores não especificados nas letras anteriores: 1% (um por cento).

II - numeração de prédios:

a) casas, lojas, edifícios e demais isolados ou geminados: 10% (dez por cento)

b) apartamentos, salas e demais unidades componentes de um único prédio: 5% (cinco por cento);

III - depóstio e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas:

a) armazenagem, por dia ou fração, no depósito municipal:

1. de veículo, por unidade: 10% (dez por cento);
2. de animal equino, muar ou bovino, por cabeça: 2% (dois por cento);
3. de caprino, ovino, suino ou canino, por cabeça: 1% (um por cento);
4. de veículo automotor, por unidade: 10% (dez por cento);
5. carroças, charretes, bicicletas, triciclos e similares: 5% (cinco por cento).

IV - depósito e liberação de mercadorias, bens e animais apreendidos:

a) armazenagem, por dia ou fração, no depósito municipal:

1. automóveis, caminhões, utilitários, motocicletas, motonetas e demais veículos automotores: 10% (dez por cento);
2. carroças, charretes, bicicletas, triciclos e similares: 5% (cinco por cento);
3. equinos, muares ou bovinos, por cabeça: 3% (três por cento);
4. caprinos, ovinos, suinos ou caninos, por cabeça: 2% (dois por cento);
5. demais animais que não possam ser enquadrados nos números precedentes, por cabeça: 1% (um por cento);
6. mercadorias e objetos de qualquer especie, por quilo: 0,01% (um centésimo por cento).

b) liberação de mercadorias, bens e animais apreendidos por lote:20% (vinte por cento).

IV - demarcação,alinhamento e nivelamento de imóveis:

a) na zona urbana, por lote: 20% (vinte por cento);

b) fora da zona urbana:

1.alinhamento, por metro linear: 0,1% (um décimo por cento);

2.nivelamento, por metro quadrado: 0,5% (cinco décimos por cento).

Parágrafo 1º - Além da taxa prevista no inciso II dêste artigo, será cobrado o preço de custo da placa fornecida, que será classificado como "receitas diversas".

Parágrafo 2º - Além da taxa prevista no inciso III dêste artigo, serão cobradas as despesas com alimentação, tratamento e medicamento dos animais, inclusive vacinação, bem como as de transporte do local da apreensão até o depósito, classificando-se o ressarcimento das despesas como "receitas diversas".

Parágrafo 3º - O pagamento da taxa prevista no inciso III dêste artigo não exclui a cobrança de tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

Art. 167 - A taxa de serviços diversos devida pelos trabalhos de conservação de estradas municipais será calculada de acôrdo com os seguintes critérios:

I - a repartição fiscal apurará, junto ao órgão competente, as despesas com os serviços de conservação de estradas municipais relativas aos 3 (três) exercícios imediatamente anteriores àquele em que se procederá ao lançamento da taxa;

II - as despesas apuradas na forma do inciso anterior terão o seu valor corrigido a preços do exercício em que se procederá ao lançamento da taxa, por qualquer dos seguintes critérios:

a) aplicação dos índices gerais de preços (disponibilidade interna) levantados pela Fundação Getulio Vargas (coluna 2);

b) aplicação dos índices de correção monetária estabelecidos pelo Govêrno Federal para a atualização dos débitos fiscais;

c) aplicação de quaisquer outros índices pesquisados pelo próprio Govêrno Municipal, tendo em vista o exame do aumento do custo de vida e das condições de oferta de trabalho e mão-de-obra.

III - corrigidos os valores das despesas, na forma do inciso anterior, apurar-se-á a média aritmética das despesas efetuadas nos três exercícios a que se refere o inciso I, somando-se os seus valores já corrigidos e dividindo-se o resultado por 3 (três).

IV - uma percentagem não superior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética das despesas efetuadas, encontrada na forma do inciso III, será rateadas entre os proprietários, titulares do domínio útil e possuidores a qualquer título, de imóveis fronteriços às estradas municipais, proporcionalmente às suas testadas com relação ao traçado das estradas.

V - na graduação da percentagem a que se refere o inciso IV, respeitado o limite nêle fixado, a Administração deverá levar em conta:

a) as condições sócio-econômicas dos contribuintes refletidas nas áreas, natureza, tipo de exploração e outras caracteristicas dos imóveis marginais;

b) a importância da estrada municipal como eixo viário do Município, refletida na sua localização, intensidade de tráfego, largura da pista, tipo de pavimentação, acesso, destino e demais caracteristicas;

c) o montante de recursos orçamentários destinados à execução de serviços dessa natureza.

Parágrafo 1º - Para os efeitos da taxa a que se refere êste artigo, consideram-se serviços de conservação de estradas municipais:

I - limpeza, atêrro, compactação e outros serviços correlatos;

II - construção, instalação, ampliação, melhoramentos ou manutenção de pontes, túneis, "mata-burro", pontões, balsas, barcaças, "ferry-boats" e quaisquer outras obras de arte ou sistemas de travessia de rios, lagos, alagadiços e mimilares;

III - abertura, sustentação, fixação ou remoção de cortes, barreiras, encostas e similares;

IV - construção,instalação,ampliação,melhoramento ou manutenção de acostamentos,sinalização, obras de embelezamento e similares.

Parágrafo 2º - Não se computará, para efeito de cálculo e cobrança da taxa a que se refere êste artigo, as despesas de apertura,nivelamento, alinhamento,demarcação e outros serviços prelimiares, bem como as de construção pròpriamente dita de estrada municipal.

SECÇÃO III
PAGAMENTO

Art. 168 - A taxa de serviços diversos será paga:

I - na hipótese do inciso I do art. 166, anualmente, mediante extração de guia ou conhecimento no momento da aferição;

II - na hipótese do art. 166, inciso II : no momento da numeração ou substituição da numeração, mediante extração de guia ou conhecimento;

III - na hipótese do inciso III do art. 166:

a) armazenagem no depósito municipal: por ocasião da liberação, mediante extração de guia ou conhecimento;

b) liberação:liberação: no ato da liberação, mediante extração de guia ou conhecimento;

IV - na hipótese do inciso IV do art. 166 - no momento da demarcação, alinhamento ou nivelamento, mediante extração de guia ou conhecimento;

V - na hipótese do art. 167: anualmente, por lançamento direto.

Parágrafo 1º - A repartição fiscal manterá escrituração, em livros ou registros próprios, da relação dos contribuintes da taxa a que se refere o art. 166, com todos os dados necessários à caracterização do contribuinte e ao cálculo do valor a ser pago.

Parágrafo 2º - O pagamento da taxa a que se refere o art. 166, poderá ser feito de uma só vez ou parceladamente, de acôrdo com os seguintes critérios:

I - o aviso de lançamento, por notificação direta ao contribuinte ou publicação em órgão oficial do Território ou do Município ou ainda em jornal de circulação local,consignará prazo não inferior a 90 (noventa) dias para o pagamento integral da taxa;

II - o pagamento feito de uma só vez gosará dos descontos previstos no inciso III do § 2º do art 162;

III - aplicam-se, ao pagamento parcelado da taxa a que se refere o art. 166, as disposições dos incisos I,II e IV do § 2º, do art. 162;

IV - o número de parcelas não poderá ser superior a 10 (dez) e nenhuma prestação mensal poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor do salário-mínimo mensal.

Art. 169 - A incidência da taxa de serviços diversos devida pela conservação das estradas municipais não exclui a cobrança da contribuição de melhoria, cujo fato gerador e modalidades de cálculo e cobrança são fundamentalmente diferentes dos estipulados para a referida taxa.

SECÇÃO IV

ISENÇÃO

Art. 170 - A imunidade constitucional, restringindo-se nos impostos, não alcança a taxa de serviços diversos, ficando isentos do seu pagamento apenas os imóveis expressamente relacionados nos incisos I,II e III do art. 164.

Parágrafo único - Não estão sujeitos à aferição e à apreensão as unidades de pesos e medidas e nem os bens, animais e mercadorias, utilizados ou de propriedade da administração direta e das autarquias da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo que não se verifica, nessas hipóteses, a incidência das taxas respectivas.

CAPÍTULO IV

CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA

Art. 171 - Da qualificação da taxa como tributo de natureza concorrente, decorre que a imposição de quaisquer taxas por parte da União ou do Govêrno do Território não exclui a incidência de idêntica taxa municipal,desde que resultante do exercício regular do poder de policia do Município ou prestação efetiva ou potencial, de serviços públicos especificos e divisiveis de sua atribução.

Art. 172 - Da qualificação da taxa como espécie distinta do gênero tributo, decorre que a sua imposição não ex-

clui o lançamento dos impostos e da contribuição da melhoria previstos nêste Código, ainda que devidos pelo mesmo contribuinte ou recaídos sôbre o mesmo bem ou serviço.

TÍTULO IV
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 173 - Será devida a contribuição de melhoria no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas executadas pelos órgãos da administração direta ou indireta do Govêrno Municipal:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgôtos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rapido, inclusive tôdas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgôtos sanitários, instalações de rêdes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra sêcas, inundações, erosão, ressacas e de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - atêrros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

SECÇÃO II

CONTRIBUINTES

Art. 174 - A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis de domínio privado, situados nas áreas direta ou indiretamente beneficiadas pela obra.

Parágrafo 1º - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, a esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Parágrafo 2º - No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta ou foreiro.

Parágrafo 3º - É nula, nos têrmos do Decreto-Federal nº 195,de 24 de fevereiro de 1967, a cláusula do contrato de locação que atribua ao locatário o pagamento, no todo ou em parte, da contribuição de melhoria lançada sôbre o ímovel.

Parágrafo 4º - Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que fôr lançado terá direito de exigir dos condôminios as parcelas que lhes couberem.

SECÇÃO III

CÁLCULO

Art. 175 - O cálculo da contribuição de melhoria têm como limites:

I - o total: a despesa realizada;

II - individual: o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado;

Parágrafo 1º - Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos,projetos, fiscalização , desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembôlso e outros de praxe em financiamentos ou empréstimos.

Parágrafo 2º - Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios dela sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 176 - O cálculo da contribuiçao de melhoria será procedido da seguinte forma:

I - a Administração decidirá sôbre a obra ou sis

tema de obras a serem ressarcidas mediante a cobrança da contribuição de melhoria, lançando a sua localização em planta própria;

II - A Administração elaborará ou encomendará o memorial descritivo da obra e o seu orçamento detalhado de custo, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 175;

III - o órgão fiscal delimitará, na planta a que se refere o inciso I uma área suficientemente ampla em redor da obra objeto da cobrança, de modo a garantir o relacionamento de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, sejam beneficiados pela obra, sem preocupação de exclusão, nessa fase, de imóveis que,mesmo próximo à obra, não venham a ser por ela beneficiados;

IV - o órgão fiscal relacionará, em lista própria todos os imóveis que se encontrem dentro da área delimitada na forma do inciso anterior, atribuindo-lhes um número de ordem;

V - o órgão fiscal fixará, através de avaliações subjetivas, o valor presumido de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, independentemente dos valores que constarem do Cadastro Imobiliário Fiscal;

VI - o órgão fiscal estimará, através de novas avaliações subjetivas, o valor de cada imóvel após a execução da obra, levando em conta a hipótese de que a obra já estivesse concluída e em condições de influenciar no processo de formação do valor do imóvel;

VII - o órgão fiscal lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em duas colunas separadas e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, os valores fixados na forma do inciso V e estimados na forma do inciso VI;

VIII - o órgão fiscal lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em outra coluna e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, a valorização presumida em decorrência da execução da obra pública, assim entendida a diferença, para cada imóvel, entre o valor estimado na forma do inciso VI e fixado na forma do inciso V.

IX - o órgão fiscal somará as quantias correspondentes a todas as valorizações presumidas, obtidas na forma do inciso anterior.

X - a Administração decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da contribuição de melhoria;

XI - o órgão fiscal calculará o valor da contribuição devida por parte de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV através de um sistema de promoção simples (regra de três) no qual o somário das valorizações (inciso IX) está para cada valorização (inciso VIII) assim com a parcela do custo a ser recuperada (inciso X) está para cada contribuição de melhoria;

XII - correspondendo a uma simplificação matemática do processo estabelecido no inciso anterior, o valor de cada contribuição de melhoria poderá ser determinado multiplicando-se o valor de cada valorização (inciso VIII) por um índice ou coeficiente, correspondente ao resultado da divisão da parcela do custo a ser recuperada (inciso X) pelo somatório das valorizações (inciso IX).

Parágrafo 1º - A percentagem do custo da obra a ser cobrada mediante contribuição de melhoria, a que se refere o inciso X dêste artigo, será fixada tendo em vista a natureza da obra, os beneficios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Parágrafo 2º - Para a fiel observância do limite individual da contribuição de melhoria, como definida no inciso II do art. 175, a parcela do custo da obra a ser cobrada mediante contribuição de melhoria não poderá ser superior à soma das valorizações, obtida na forma do inciso IX dêste artigo.

SECÇÃO IV

COBRANÇA

Art. 177 - Para a cobrança da contribuição de melhoria, o Govêrno Municipal deverá publicar Edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - delimitação da área obtida na forma do inciso III, do art. 176 e a relação dos imóveis nela compreendidos;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o

correspondente valor a ser pago por parte de cada um dos imóveis, calculado na forma do art. 176.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 178 - Os proprietários de imóveis relacionados na forma do inciso IV do art. 176 têm o prazo de 30 (trinta) dias a começar da data da publicação do Edital a que se refere o art. 177, para impugnação de qualquer dos elementos nêle constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único - A impugnação que deverá ser dirigida à autoridade administrativa através de petição fundamentada, que servirá para o inicio do processo administrativo fiscal, não terá efeito suspensivo na cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 179 - Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o inicio da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a êsses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 180 - O órgão encarregado do lançamento deverá notificar o proprietário, diretamente ou por Edital, do:

I - valor da contribuição de melhoria lançada;

II - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

III - prazo para a impugnação;

IV - local do pagamento;

Parágrafo único - Dentro do prazo que lhe fôr concedido na notificação do lançamento, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias o contribuinte poderá apresentar, ao órgão lançador, reclamação por escrito contra:

I - o êrro na localização ou quaisquer outras caracteristicas do imóvel;

II - o cálculo do índice atribuído, na forma do inciso XII do art. 176.

III - o valor da contribuição;

IV - o número das prestações.

Art. 181 - Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como tambem quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

SECÇÃO V

PAGAMENTO

Art. 182 - A contribuição de melhoria será paga de uma só vez ou parceladamente aplicando-se,como couber, as regras do parágrafo 2º do art. 162.

Parágrafo único - Ficam isentos do pagamento da contribuição de melhoria, os imóveis relacionados nos incisos I, II e III do art. 164.

SECÇÃO VI

CONVÊNIOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS

Art. 183 - Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênios com a União para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

Parágrafo único - Nos têrmos do parágrafo 4º do art. 3º do Decreto-Lei n)º 195, de 24 de fevereiro de 1967, reputam-se feitas pela União e,por conseguinte, enquadram-se no disposto nêste artigo, as obras executadas pelos Territórios Federais.

LIVRO TERCEIRO

PARTE PROCESSUAL

TITULO I

PROCESSO FISCAL ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I

MEDIDAS PRELIMINARES

SECÇÃO I

APREENSÃO DE BENS OU DOCUMENTOS

Art. 184 - Poderão ser aprendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabele

cimento comercial, industrial, agricola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo único - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serãop promovidas a busca e apreensão judiciais,sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 185 - Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto da infração observando-se, no que couber, o disposto no art. 196.

Parágrafo único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário o qual,será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se fôr idôneo, a juízo do autuante.

Art. 186 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado,ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a êsse fim.

Art. 187 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis,cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo único - Em relação à matéria dêste artigo aplica-se, no que couber, o disposto nos artigos 220 e 222.

Art. 188 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias após a apreensão , serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

Parágrafo 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, êstes poderão ser doados, a critério da Administração, a associações de caridade e demais entidades de assistência social.

Parágrafo 2º - Apurando-se, na venda em hasta pública ou em leilão, importância superior aos tributos e multas devidos, será o autuado notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

SECÇÃO II

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 189 - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo,ou qualquer infração da legislação tributária da qual possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar pqra que,no prazo de 8 - (oito), regularize a situação.

Parágrafo 1º - Esgotado o prazo de que trata êste artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á o auto de infração.

Parágrafo 2º - Lavrar-se-á igualmente auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art. 190 - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada do talonário próprio, no qual ficarpa cópia a carbono, com o "ciente" do notificado e conterá os seguintes elementos:

I - nome do notificado;

II - local, dia e hora da lavratura;

III - descrição sumária do fato que motivou a lavratura e indicação do dispositivo legal, quando couber;

IV - valor do tributo e da multa devidos;

V - assinatura do notificado.

Parágrafo 1º - A notificação prelimiar será lavrada no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizador ou infrator e poderá ser datilografada ou impressa com relação às palavras rituais, devendo os claros serem preenchidos à mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

Parágrafo 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia da notificação, autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

Parágrafo 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

Parágrafo 4º - O disposto no parágrafo anterior é aplicável aos fiscalizados e infratores analfabetos ou impossibilitados de assinar a notificação, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, tais como definidos na lei civil.

Art. 191 - Considera-se convencido do débito

fiscal, o contribuinte que pagar tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.

Art. 192 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I - quando fôr encontrado no exercicio de atividade tributável, sem prévia inscrição;

II - quando houver provas de tentativa de eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III - quando fôr manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

SECÇÃO III

REPRESENTAÇÃO

Art. 193 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou autuar, o agente do Fisco deve, e qualquer pessoa pode, representar tôda ação ou omissão contrária às disposições da legislação tributária do Município.

Art. 194 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor; será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios e as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 195 - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autua-lo-á ou arquivará a representação.

CAPÍTULO II

ATOS INICIAIS

SECÇÃO I

AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 196 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, dia e hora da lavratura;

II - referir-se ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - descrever sumàriamente o fato que constituiu infração e as circúsntâncias pertinentes, indicar o dispositivo da legislação tributária municipal violado e fazer referência ao têrmo de fiscalização em que estiver consignada a infração, quando fôr o caso;

IV - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

Parágrafo 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Parágrafo 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

Parágrafo 3º - Se o infrator, o quem o represente, não puder ou não quizer assinar o auto, far-se-á menção expressa dessa circunstância.

Art. 197 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão, e então conterá, também, elementos dêste, relacionados no art. 185 e seu parágrafo único.

Art. 198 - Da lavratura do auto será intimado o infrator:

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou por alguem do seu domicilio;

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Art. 199 - A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo;

II - quando por carta, na data do recibo de volta

e, se for emitida, 15(quinze dias após a entrega da carta no Correio;

III -*quando por edital, no têrmo do prazo, contado êste da data da afixação ou publicação em órgão oficial do Território ou do Município ou em qualquer jornal de circulação local.

Art. 200 - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 198 e 199.

SECÇÃO II

RECLAMAÇÕES CONTRA O LANÇAMENTO

Art. 201 - O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar pelo prazo de 20 (vinte) dias,contados da publicação, no órgão oficial do Território ou Município , ou em qualquer jornal de circulação local, da afixação do edital ou do recebimento do aviso.

Art. 202 - A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 203 - É cabível a reclamação oporr parte de qualquer pessoa contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Art. 204 - A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dps tributos lançados.

SECÇÃO III

DEFESA

Art. 205 - O autuado apresentará defesa no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Art. 206 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde ocorrer o processo, mediante o respectivo protocolo; apresentada a defesa, o autuante terá um prazo de 10 (dez) dias, para impugná-la, o que fará na forma do artigo seguinte.

Art. 207 - Na defesa, o autuado alegará tôda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que possuir e, sendo o caso ,

arrolará testemunhas, até o máximo de 3(três).

Art. 208 - Nos processos iniciados mediante reclamaçãõ contra lançamento, será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operaçãõ, a fim de informa-lo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo.

CAPÍTULO IV

PROVAS

Art. 209 - Findos os prazos a que se referem os artigos 205 e 206, o dirigente da repartição fiscal responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outra devam ser produzidas.

Art. 210 - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante ou,nas reclamações contra o lançamento, pelo Funcionário da Fazenda, ou ainda quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agentes do Fisco.

Art. 211 - AO autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente , reinquirir as testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao funcionário da Fazenda, nas reclamações contra o lançamento.

Art. 212 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, pessoalmente ou através de seus prepostos ou representantes legais, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do têrmo de diligências, para serem apreciadas no julgamento.

Art. 213 - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Municipal , ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

CAPÍTULO V

DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 214 - Findo o prazo para a produção de provas, ou perempto o direito de apresentar defesa, o processo será presente à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10) (dez) dias.

Parágrafo 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo dêste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por cinco dias a cada um, para as alegações finais.

Parágrafo 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir a decisão.

Parágrafo 3º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acôrdo com sua convicção em face das provas produzidas no processo.

Parágrafo 4º - Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o processo em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto no Capítulo IV dêste Título e prosseguindo-se na forma dêste Capítulo, na parte aplicável.

Art. 215 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação contra o lançamento, definindo expressamente os seus efeitos num e noutro caso.

Art. 216 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôra julgado procedente o auto de infração e improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

CAPÍTULO VI
RECURSOS

SECÇÃO I

RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 217 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para a Junta de Recursos Fiscais com efeito suspensivo interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência da decisão.

Parágrafo único - À ciência da decisão aplicam-se as normas e os prazos dos artigos 198 e 199.

Art. 218 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sôbre o mesmo assunto e alcançarem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

SECÇÃO II
GARANTIA DE INSTÂNCIA

Art. 219 - Nenhum recurso voluntário será encaminhado à Junta de Recursos Fiscais sem o prévio depósito em dinheiro das quantias exigidas, perimindo o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo previsto nesta Secção.

Parágrafo 1º - São dispensadas de depósito os servidores públicos que recorrem de multas impostas na forma dêste Código.

Parágrafo 2º - Quando a importância total em litígio exceder o valor do salário-mínimo mensal, permitir-se-á a prestação de fiança.

Parágrafo 3º - A fiança prestar-se-á por têrmo, mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da Administração, ou pela caução de títulos de dívida pública da União.

Parágrafo 4º - A caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida np prazo de 8 (oito) dias, contados da notificação, se o produto da venda dos títulos não fôr suficiente para a liquidação do débito.

Art. 220 - No requerimento que indicar fiador, deverá êste manifestar sua expressa aquiescência.

Parágrafo 1º - Se a autoridade julgadora de primeira instância aceitar o fiador, marcar-lhe-á prazo não superior a 10 (dez) dias para assinar o respectivo têrmo.

Parágrafo 2º - Se o fiador não comparecer no prazo marcado ou fôr julgado inidôneo, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovadores da idoneidade do mesmo.

Parágrafo 3º - Não se admitirá como fiador sócio solidário da firma recorrente e nem qualquer outra pessoa em débito com a Fazenda Municipal, pelo que, ao têrmo de fiança, deverá ser juntada certidão negativa do fiador.

Art. 221 -Recusados 2 (dois) fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou em prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se êste prazo fôr maior.

Art.222 - Não ocorrendo a hipótese de prestação de fiança, o depósito deverá ser feito no prazo de 10 (dez)dias a contar da data em que o recurso der entrada no protocolo.

Parágrafo 1º - Após protocolado, o recurso será encaminhado à autoridade julgadora de primeira instância, que aguardará o depósito da quantia exigida ou a apresentação do fiador,conforme o caso.

Parágrafo 2º - Efetuado o depósito ou prestada a fiança, conforme o caso, a autoridade julgadora de primeira instância verificará se foram trazidos, ao recurso, fatos ou elementos novos não constantes da defesa ou da reclamação que lhe deu origem.

Parágrafo 3º - Os fatos novos porventura trazidos ao recurso serão exsminados pela autoridade julgadora de primeira instância, antes do encaminhamento do processo à Junta de Recursos Fiscais; em hipótese nenhuma poderá aquela autoridade modificar o seu julgamento, mas poderá, face aos novos elementos do processo, justificar o seu procedimento anterior.

Parágrafo 4º O recurso deverá ser remetido à Junta de Recursos Fiscais no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do depósito ou da prestação de fiança, conforme o caso, independentemente da apresentação ou não de fatos ou elementos novos que levem a autoridade julgadora de primeira instância a proceder na forma do parágrafo anterior.

SECÇÃO III
RECURSO DE OFÍCIO

Art.223 - Das decisões de primeira instâncias contrárias, no todo ou em parte, contra a Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação de infração, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder ao valor do salário-mínimo mensal.

Parágrafo 1º - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, no caso previsto nêste artigo, cumpre ao servidor iniciador do processo, ou a qualquer outro que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Parágrafo 2º - Constitui falta de exação no cumpromento do dever, para efeito de imposição de penalidades estatutárias, e desídia declarada no desempenho da função, para efeito de aplicação da legislação trabalhista, a omissão a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 224 - Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo tambem caso de recurso de ofício, não interpôsto, tomará a Junta de Recursos Fiscais conhecimento pleno do processo, como se tivesse havido tal recurso.

CAPÍTULO VII

EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 225 - As decisões definidas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e, quando fôr o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo ou multa;

III - pela notificação do contribuinte para vir receber, ou quando fôr o caso, pagar,no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância.

IV - pela notificação do contribuinte para vir receber ou quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

V - pela liberação das coisas e documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação ou do seu valor de mercado, se houver ocorrido doação com fundamento no art.188 e seus parágrafos.

VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva, dos débitos a que se referem os incisos I, III e IV, se não satisfeitos no

prazo estabelecido.

Art. 226 - A venda de títulos da dívida pública da União aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; deduzidas as despesas legais da venda,inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á em tudo que couber,na forma do inciso IV do art.225 e do § 4º do art. 219.

TÍTULO II
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

CAPÍTULO I
ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO

Art. 227 - Fica criada a Junta de Recursos Fiscais para julgar, em segunda instância, os recursos previstos neste Código.

Art. 228 - A Junta de Recursos Fiscais será composta de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) representantes dos contribuintes e 3 (três) representantes da Prefeitura, todos nomeados pelo Prefeito, com mandato de 1 (um) ano, que poderá ser renovado, observados, sempre, os parágrafos dêste artigo.

Parágrafo 1º - Serão tambem nomeados 5 (cinco) suplentes, para servirem quando convocados,na falta ou impedimento dos membros efetivos.

Parágrafo 2º - Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão escolhidos pelo Prefeito dentre 3 (três) nomes indicados por parte de cada uma das entidades representativas dos prestadores de serviços e dos proprietários de imóveis.

Parágrafo 3º - Os representantes da Prefeitura, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão de livre nomeação do Prefeito e escolhidos dentre servidores municipais versados em assuntos tributários.

Parágrafo 4º - A Junta elegerá, anualmente,seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, sendo permitida a reeleição.

Art. 229 - Perde o mandato o membro que deixar de comparecer a 4 (quatro) sessões ordinárias consecutivas sem motivo justificado; em se tratando de representante da Prefeitura, a perda de mandato, por essa razão, constituirá falta de exação ou disídia no cumprimento da função, conforme a legisla

ção aplicável, e deverá ser anotada em seus assentamentos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 230 - Os membros da Junta de Recursos Fiscais farão jús a uma gratificação de representação pelo comparecimento às reuniões, no valor de 10% (dez por cento) do valor do salário-mínimo mensal.

Parágrafo 1º - A Junta de Recursos Fiscais reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semana e extraordinária - mente sempre que convocada pelo seu Presidente em comunicação feita a cada membro com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo 2º - Em nenhuma hipótese o valor mensal da fôlha de pagamento dos Membros da Junta poderá ser superior a 5 (cinco) salários-mínimos e nem cada um dos seus membros poderá perceber gratificação mensal superior ao valor de 1 (um) salário-mínimo.

Parágrafo 3º - Tendo havido participação do suplente após esgotado o limite mensal de gratificação do membro efetivo, êsse total será rateado entre o membro efetivo e o su - plente,proporcionalmente ao número de reuniões de que cada um deles participou.

Parágrafo 4º - Não será atribuida geatificação pelo comparecimento a reunião na qual não haja assunto a tratar.

Art. 231 - Para atender aos serviços da Junta , esta terá uma Secretaría , chefiada por um Secretário, cujas a - tribuições serão fixadas em regimento interno.

Parágrafo 1º - O Prefeito baixará, por Decreto, o Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais.

Parágrafo 2º - Atuará junto à Junta de Recursos Fiscais um representante da Fazenda, indicado pelo Prefeito que fará jús a gratificação a que se refere o art. 230, observado o limite individual do seu § 2º:

CAPÍTULO II

JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 232 - A Junta de Recursos Fiscais só poderá deliberar quando reunida a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo 1º - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo 2º - A falta de comparecimento dos

representantes da Prefeitura não impede que a Junta se reuna e delibere, observado o disposto nêste artigo, o mesmo sucedendo em relação ao representante da Fazenda.

Art. 233 - Os processos serão distribuídos pelo Presidente aos membros da Junta mediante sorteio, garantida a igualdade numérica da distribuição.

Parágrafo 1º - O relator e o representante da Fazenda restituirão, no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhe forem distribuídos com relatório ou parecer.

Parágrafo 2º - Quando fôr realizada qualquer diligência, a requerimento do representante da Fazenda ou do relator, terá êste novo prazo de 5 (cinco) dias para completar o estudo, contado da data em que receba o processo, com a diligência cumprida.

Parágrafo 3º - Fica automaticamente destituido da função de membro da Junta o relator que estiver com o processo além dos prazos previstos nos §§ 1º e 2º, salvo:

I - por motivo de doença;

II - no caso de dilatação do prazo por período não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de dificil estudo, quando o relator o alegue em requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente da Junta.

Parágrafo 4º - Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, o Presidente da Junta comunicará a destituição ao Prefeito, a fim de ser providenciada a nomeação de novo membro ou suplente.

Parágrafo 5º - Para o cumprimento do disposto no § anterior, em cada sessão o Secretário fornecerá ao Presidente a lista dos processos em atrazo, a qual constará da ata.

Parágrafo 6º - Se o responsável pelo atrazo fôr o representante da Fazenda o processo será julgado sem o seu parecer.

Parágrafo 7º - Para o cumprimento do disposto no § anterior, o Presidente requisitará o processo ao representante da Fazenda, a fim de que seja incluído na pauta da sessão seguinte.

Art. 234 - Facultar-se-á a sustentação oral do recurso, durante 15 (quinze) minutos.

Art. 235 - A decisão, sob a forma de acordão, se

rá redigida pelo relator, até 10 (dez) dias após o julgamento ; se o relator fôr vencido, o Presidente designará para redigí-la dentro do mesmo prazo, um dos membros da Junta cujo voto tenha sido vencedor.

Parágrafo 1º - Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

Parágrafo 2º - As conclusões dos acórdãos serão afixados em local próprio, no prédio onde funcionar a Junta de Recursos Fiscais, sob designação numérica e com a indicação nominal dos recorrentes.

CAPÍTULO III
PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Art. 236 - Da decisão da Junta de Recursos Fiscais que se afigure ao interessado omissa,contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimento interposto no prazo de 5 (cinco) dias a contar da afixação do acórdão.

Parágrafo único - Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso se, a juízo da Junta, o pedido fôr manifestamente protelatório ou vise, direta ou indiretamente, à reforma da decisão.

Art. 237 - O pedido de esclarecimento será distribuído ao relator e julgado, preferencialmente, na primeira sessão que se realizar após o seu recebimento na Junta.

CAPÍTULO IV
REVISÃO

Art. 238 - O representante da Fazenda poderá recorrer ao Prefeito das decisões da Junta contrárias à Fazenda Municipal, quando não unânimes.

P A R T E F I N A L
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 239 - Fica revogada e como tal insubsistente para todos os efeitos, a partir da vigência desta lei,tôda e qualquer isenção, exoneração ou redução de tributos municipais, concedidas por leis gerais ou especiais.

Art. 240 - Tôda isenção de tributos de competência do Município será requerida e reconhecida na forma do regu-

lamento.

Parágrafo único - A isenção dos tributos não exime o contribuinte ou responsável do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 241 - Salário-mínimo mensal,para os efeitos dêste Código, é :

I - na hipótese do art. 230 e seus parágrafos - o estabelecido pelo Govêrno Federal para vigorar no Território de Roraima, alterando-se os quantitativos fixados com base nêle a partir da data da sua entrada em vigor.

II - nos demais casos - o que estava em vigor no Território a 31 de dezembro do ano imediatamente anterior àquele em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa.

Art. 242 - Serão desprezadas:

I - as frações de cr$ 100,00 (cem cruzeiros) na apuração do valor venal dos imóveis, para efeito de lançamento do impôsto predial e territorial urbano e da contribuição de melhoria;

II - as frações de cr$ 1,00 (um cruzeiros) do salário-mínimo mensal, quando êste servir de base para o cálculo dos tributos ou para a plicação dasmultas;

III - as frações de cr$ 0,10 (dez centavos), na cobrança dos tributos, multas e quaisquer outros ônus de responsabilidade do contribuinte.

Art. 243 - Fica o Prefeito autorizado a instituir, dentro dos recursos orçamentários do Município,concursos internos, visando a premiar os funcionários fazendários de maior produtividade.

Parágrafo 1º - Os prémios a que se refere êste artigo constarão de certificados, diplomas, taças, medalhas e similares, não podendo todavia, serem pagos em dinheiro e nem constituirem qualquer forma de participação na receita do Município.

Parágrafo 2º - O regulamento disporá sôbre a forma de aferir a produtividades dos funcionários do Fisco, para os efeitos dêste artigo.

Art. 244 - O contribuinte que, sistemàticamente, se recusar à exibir à Fiscalização livros e documentos fiscais ou

embaraçar ou procurar iludir,por quaisquer meios, a apuração dos tributos, terão a licença ou inscrição de seu estabelecimento' suspensa ou cassada, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 245 - Nenhum produtor, industrial,comercial ou de prestação de serviços poderá iniciar suas atividades ' no Município, sem prévia concessão de alvará de funciomamento.

Art. 246 - Nenhum produtor, industrial, comercial ou de prestação de serviços, com ou sem estabelecimento fixo poderá iniciar suas atividades, sejam elas permanentes ou temporárias, sem a concessão do respectivo alvará ou licença e o pagamento da taxa devida.

Parágrafo 1º - As atividades que, pela sua natureza, exijam contrôle das autoridades municipais sôbre seus aspectos sanitários, não poderão ser iniciadas sem a outorga do ' respectivo assentimento e pagamento da taxa devida.

Parágrafo 2º - As atividades relacionadas nos incisos V,VI,VII,VIII e IX do art. 154 não poderão ser iniciadas sem a concessão da respectiva licença e pagamento da taxa devida.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 247 - Ficam remidos os débitos fiscais cujo valor não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do salário - mínimo mensal que estiver vigorando no Território de Roraima por ocasião da entrada em vigor dêste Código.

Parágrafo 1º - O disposto nêste artigo aplica - se inclusive aos débitos fiscais inscritos na dívida ativa, inclusive quanto aos que já tenham sido ajuizados.

Parágrafo 2º - O limite a que se refere êste artigo será computado por contribuinte,por tributo e por exercício.

Art. 248 - Ficam anistiados as infrações e consequentemente dispensados os pagamentos de débitos fiscais anteriores decorrentes de processos administrativos fiscais por infrações, desde que não haja resultado, da infração, falta de recolhimento do tributo, no tôdo ou em parte.

Art. 249 - Até o dia 31 de março de 1971, o recolhimento dos tributos vencidos antes da vigência desta Lei e que não sejam enquadrados na regra do art. 247,poderá ser efetua

do com a dispensa do pagamento de multa, juros de móra e correção monetária.

Parágrafo único - O disposto nêste artigo aplica-se igualmente às penalidades pecuniárias não alcançadas pela regra do art. 248.

Art. 250 - Os débitos fiscais de qualquer natureza referentes a tributos vencidos ou penalidades impostas antes da vigência desta lei serão acrescidos, após 31 de março de 1971, de juros de móra de 1% (um por cento) ao mês ou fração , contados a partir do primeiro dia do mês de abril de 1971 e corrigidos monetàriamente, na forma estabelecida nêste Código, observado o disposto nos artigos 247, 248 e 249.

Art. 251 - Esta lei entrará em vigôr em 1º de janeiro de 1971, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Boa Vista, em 28 de novembro de 1970.

Newton Tavares,
Presidente.